Joel Manga da Silva
Argemiro Midonês Bastos

# GÊNESE DA EPT

## NO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ

Atena Editora
Ano 2022

Joel Manga da Silva
Argemiro Midonês Bastos

# GÊNESE DA EPT

## NO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ

Atena Editora
Ano 2022

**Editora chefe**
Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
**Editora executiva**
Natalia Oliveira
**Assistente editorial**
Flávia Roberta Barão
**Bibliotecária**
Janaina Ramos
**Projeto gráfico**
Bruno Oliveira
Camila Alves de Cremo
Luiza Alves Batista
Natália Sandrini de Azevedo
**Imagens da capa**
iStock
**Edição de arte**
Luiza Alves Batista

2022 *by* Atena Editora
*Copyright* © Atena Editora
*Copyright* do texto © 2022 Os autores
*Copyright* da edição © 2022 Atena Editora
Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.
*Open access publication by* Atena Editora

Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo do texto e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**
**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Atena Editora
Ano 2022

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Atena Editora
Ano 2022

# Gênese da EPT no território federal do Amapá

**Diagramação:** Natália Sandrini de Azevedo
**Correção:** Soellen Britto
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga
**Revisão:** Os autores
**Autores:** Joel Manga da Silva
Argemiro Midonês Bastos

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

S586 Silva, Joel Manga da
Gênese da EPT no território federal do Amapá / Joel Manga da Silva, Argemiro Midonês Bastos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-0643-3
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.433222909

1. Educação profissional - Amapá. 2. Currículo. 3. História. I. Silva, Joel Manga da. II. Bastos, Argemiro Midonês. III. Título.

CDD 378.8116

**Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166**

**Atena Editora**
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena Editora
Ano 2022

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao conteúdo publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que o texto publicado está completamente isento de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce,* ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

# APRESENTAÇÃO

Esta obra buscou investigar as características e transformações que a Educação Profissional do Amapá possuía a partir de 1943, quando foi criado o Território Federal do Amapá, e as mudanças que ela sofreu, a partir das bases conceituais da Educação Profissional ofertada à comunidade amapaense, das legislações que respaldaram tais práticas, assim como as peculiaridades da aplicabilidade da legislação que emanaram dos casos concretos e se manifestaram na elaboração dos projetos políticos pedagógicos das instituições de ensino.

Consiste em uma reminiscência sobre a Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT, pois buscou a construção temporal, através dos estudos da memória da Educação Profissional e Tecnológica dos espaços pedagógicos amapaenses. É uma contribuição à compreensão da realidade concreta dos conceitos da EPT nas diversas ações de ensino, tendo como pilares o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura, com suporte da interdisciplinaridade e das diversas relações existentes no mundo do trabalho.

O tema abordado por este livro foi suscitado após a percepção da defasagem de pesquisa e publicações em história do currículo da educação profissional, tanto em nível nacional quanto no Amapá, e objetiva mitigar o “espaço vazio”, que historicamente separaram o ensino elitista propedêutico da educação profissional que forma as massas.

Convidamos aos leitores a uma imersão na história da Educação Profissional e Tecnológica do Amapá com suas vivências e particularidades de uma região pouco assistida pelos projetos integradores da educação brasileira.

## SUMÁRIO

RESUMO ..... 1

INTRODUÇÃO ..... 2

HISTÓRIA DA EDUCAÇAO PROFISSIONAL NO AMAPÁ ..... 10

HISTÓRIA DA EDUCAÇAO INDUSTRIAL NO AMAPÁ ..... 11

HISTÓRIA DA EDUCAÇAO AGRÍCOLA NO AMAPÁ ..... 24

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NORMAL NO AMAPÁ ..... 30

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO COMERCIAL NO AMAPÁ ..... 33

HISTÓRIA DA EDUCAÇAO DOMÉSTICA NO AMAPÁ ..... 35

CONSIDERAÇÕES ..... 36

REFERÊNCIAS ..... 37

SOBRE OS AUTORES ..... 51

## RESUMO

A História da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Amapá apresenta lacunas quanto à adequação dos currículos dos cursos às normas balizadoras de criação e desenvolvimento desses currículos. Esta investigação insere-se, na linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos, ao trabalhar na perspectiva da organização e planejamento do currículo integrado. Como problema de pesquisa, investigou-se: quais as bases conceituais da legislação da EPT, ofertada no Amapá, desde a criação do Território Federal até tornar-se Estado? Como objetivo, buscou-se compreender as bases conceituais que percorreram o currículo da EPT, desde a criação do Território Federal até tornar-se Estado, para contribuir com o estudo da educação profissional amapaense. Metodologicamente, fez-se uso da pesquisa bibliográfica, documental e de campo, para traçar as normas educacionais de cada período, a história das escolas técnicas profissionais do Amapá e de seus currículos oficiais, assim como, para coletar dados de como a legislação foi posta em prática em sala de aula. A partir dos resultados obtidos, este e-book apresenta a história e as memórias do Currículo da Educação Profissional no Amapá, podendo ser rememorado para posterior consulta e reanalise da comunidade científica.


**PALAVRAS-CHAVE:** Currículo; Educação Profissional Amapaense; História da Educação Profissional.

# INTRODUÇÃO

A formalização da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, inicia-se oficialmente, em um contexto histórico em que o país se torna uma República recém proclamada (1888), ou seja, há 21 anos, assim como havia há pouco tempo abolido o trabalho escravo. E, por consequência destes fatores a sociedade passava a lidar com um aglomerado de ex-escravos e seus descendentes livres, porém desempregados (MEC, 2009).

A crise na exportação do café ocasionou o desemprego de vários imigrantes que trabalhavam nas fazendas de café e migravam para as cidades em busca de emprego nas poucas indústrias existentes. Iniciava-se nesse período um "surto de industrialização", porém com intensos movimentos de greves sindicais dos trabalhadores influenciados pelas ideias inovadoras dos imigrantes por melhores condições de trabalho. A indústria enfrentava como empecilho ao seu crescimento a ausência de trabalhadores qualificados e some-se a esses fatores o fato dos trabalhadores "brancos, pobres e mestiços" se recusarem a executar ou aprender trabalhos artesanais ou manufatureiros, como o de carpinteiros, ferreiros, pedreiros, tecelões etc. pois eram vistos como trabalho típico de escravo, preferindo o desemprego a executar tais atividades (CUNHA, 2000a).

Cunha (2000a) afirma que a discriminação era tão exacerbada que os trabalhadores "brancos livres" da época exigiam que as corporações de ofícios e câmaras municipais legalizassem a proibição do exercício de algumas atividades artesanais/manufatureiras para os negros, mulatos, mouros e judeus, com a intenção de que houvesse uma clara distinção entre o trabalho manual dos brancos livres e o trabalho manual dos negros escravos e demais "etnias inferiores". Por conta desses fatores, o trabalho manual e a EP na nova República passaram a ser uma atividade compulsória de crianças e adolescentes em situação de pobreza, presos, soldados, recrutas e menores abandonados. Sendo essa a herança que o Império deixou para a República no tocante à EP.

A EPT nasce em escala nacional como uma Política Pública de cunho ideológico assistencialista, com o objetivo de minimizar o número excessivo de desvalidos nas ruas do país e "habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo technico e intelectual, como faze-los adquirir habitos de trabalho proficuo, que os afastara da ociosidade ignorante, escola do vicio e do crime" (BRASIL, 1909) assim como para solucionar a demanda por mão de obra qualificada que a industrialização crescente no país exigia, e também para minimizar as disputas sociais que se intensificavam. Esta destinação da EP, aos pobres e desvalidos, se deu por consequência da visão estereotipada que a elite brasileira possuía do trabalho manual, pois conforme reitera Vieira e Souza Junior (2016) "a consideração do trabalho manual como uma atividade indigna, sob a ótica dessa elite, predispunha ao repúdio em relação às atividades artesanais e manufatureiras como a carpintaria, a serralheria, a tecelagem, a construção, entre outras".

Para Cunha (2000) as escolas de aprendizes e artífices apesar do objetivo ideológico assistencialista para o qual foram criadas, nasceram com peculiaridades para a época: legislação própria em nível nacional, que as diferenciava das escolas estaduais e até mesmo das escolas do governo federal; “tinham prédios, currículos e metodologia didáticas próprias; alunos, condições de ingresso e destinação esperada dos egressos”.

Para solucionar essas demandas sociais de desempregados, desvalidos e trabalhadores sem formação adequada, ocorre no Brasil sucessivas normatizações a fim de sistematizar uma educação voltada para esse público-alvo.

Decreto 1.339/1905, que reconheceu como instituição de utilidade pública a Academia de Comércio do Rio de Janeiro e a Escola Prática de Comércio de São Paulo.

Decreto Estadual (RJ) 787/1906 que criou quatro escolas profissionais no Rio de Janeiro.

Decreto 7.566/1909 que cria 19 (dezenove) Escolas de Aprendizes Artífices, nas capitais do País, com a atribuição de ministrar gratuitamente o ensino profissional primário, com duração de 4 anos.

Decreto 17.329/1926 aprovou o regulamento para os estabelecimentos de ensino técnico comercial.

Decreto 20.158/1931, regulamenta uma nova organização do ensino comercial.

A constituição de 1934 trouxe uma explícita separação entre o trabalho manual e intelectual, quando no artigo 148, atribui como dever da União, dos Estados e dos Municípios “prestar assistência ao trabalhador intelectual” (BRASIL, 1934), porém sem fazer menção ao trabalho manual, salvo no aspecto de isenção de impostos para os estabelecimentos particulares, de educação profissional, considerados idôneos, conforme artigo 154.

Lei 378/1937, no seu artigo 37 transforma a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz e as escolas de aprendizes artífices, mantidas pela união, em Liceus destinadas ao ensino profissional em todos os ramos e graus.

A Constituição Federal de 1937 que apesar de ter sido, segundo MEC (2009), a “primeira a tratar especificamente de ensino técnico, profissional e industrial” no seu artigo 129 mantem a dualidade entre ensino profissional e intelectual, trabalho manual e intelectual.

Decreto-Lei 1.535/1939, altera a denominação do Curso de “Perito-Contador” para Curso de “Contador”.

Decreto-Lei 4.048/1942 que cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI).

Decreto-Lei 4.073/1942, intitulada de Lei Orgânica do Ensino Industrial.

Decreto 8.673/1942 que aprova o Regulamento do Quadro dos Cursos do Ensino

Industrial e Técnicos, equiparando-os ao ensino secundário (atual ensino médio) em que integrava o currículo do ensino secundário com o currículo do ensino profissional.

Decreto-Lei 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, estabelece as bases de organização da rede federal de ensino industrial que serão constituídos de escolas técnicas, escolas industriais, escolas artesanais e escolas de aprendizagem.

Decreto-Lei 4.244/1942, regulamenta o ensino secundário e divide-o em dois ciclos, sendo o primeiro o curso ginasial e o segundo compreenderá dois cursos paralelos: o curso clássico e o curso científico.

Decreto-Lei 6.141/1943 organiza as bases do Ensino Comercial e o torna um ramo de ensino de segundo grau, com o mesmo tempo de duração e divisão por ciclos que as demais modalidades de ensino, articulando-o com o ensino primário, normal, industrial, técnico e secundário (ginasial).

Decreto-Lei 5.812/1943 o Estado do Pará foi desmembrado e criado o Território Federal do Amapá.

Decreto-Lei 6.550/1944 transferi a capital do TFA para Macapá.

Decreto-lei 5.839/1943, que dispunha sobre a administração dos Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú.

Decreto-lei 6.149/1943, abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) para atender a despesas com a instalação, inclusive pessoal e material, da administração do Território do Amapá.

Decreto do TFA 01, de 25 de janeiro de 1944, organiza temporariamente a administração pública, e dentre esses órgãos o Departamento de Educação e Cultura, no artigo 1º, inciso III. (AMAPÁ, 1945, ed. 01, p. 03 e 01).

Decreto-lei 8.530/1946, implementou a Lei Orgânica do Ensino Normal.

Decreto-Lei 8.621/1946 dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC);

Decreto-Lei 9.403/1946 atribui à Confederação Nacional da Indústria o encargo de criar, organizar e dirigir o Serviço Social da Indústria (SESI).

Decreto-Lei 9.853/1946 atribui à Confederação Nacional do Comércio o encargo de criar e organizar o Serviço Social do Comércio (SESC).

Decreto-lei 9.613/1946, estabeleceu a Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

A Constituição Federal de 1946 pela primeira vez na história da EP, conforme parágrafo único do artigo 157, equipara em “direitos, garantias e benéficos” o trabalho manual ou técnico com o trabalho intelectual, proibindo a distinção entre os profissionais destas áreas. Assim como também pela primeira vez se estipula uma porcentagem anual de investimentos que será destinada especificamente para a educação.

A Lei 1.076/1950 assegurava aos estudantes que concluíssem o curso de primeiro ciclo do ensino comercial, industrial ou agrícola, o direito à matrícula nos cursos clássico e científico e na educação superior.

A Lei 1.821/1953 dispôs sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de grau médio permitindo que os concludentes do Ensino Industrial, Comercial, Agrícola e Normal pudessem matricular-se em qualquer curso de ensino superior.

Lei 3.552/1959, dar nova organização escolar e administrativa aos estabelecimentos de ensino industrial, conferindo-lhes, conforme artigo 16, "personalidade jurídica própria e autonomia didática, administrativa, técnica e financeira".

O Decreto 47.038/1959, regulamentou o Ensino Industrial em cumprimento aos termos do art. 26 da Lei 3.552/1959, permitindo a adaptação gradual dos estabelecimentos de ensino industrial.

Decreto 50.492/1961 ampliou as funções das Escolas de Ensino Industrial Federais, assim como transformou essas escolas em ginásio industrial.

O Decreto 50.945/1961 permitiu aos portadores de curso colegial, clássico ou científico, matrícula na 3ª série dos cursos industriais técnicos, previstos na Lei nº 3.552/1959.

Lei 4.024/1961, foi a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e dividiu a Educação Básica em 3 etapas: Educação Pré-Primária, Ensino Primário e Ensino Médio.

A Constituição Federal de 1967, proibi a distinção entre trabalho manual, técnico ou intelectual e entre os profissionais destas áreas, assim como na obrigatoriedade por parte das empresas industriais e agrícolas de fornecer qualificação aos seus trabalhadores menores; contudo inova quando amplia essa obrigatoriedade, incluindo o "ensino primário gratuito de seus empregados e dos filhos destes".

A Lei 5.692/1971, fixa novas Diretrizes e Bases para o ensino que a LDB/61 denominava Pré-Primário, Primário e Grau Médio, passando a receber uma nova nomenclatura, com idade/série e currículo diferentes.

O Decreto 75.079/1974, dar nova organização administrativa as Escolas Técnicas Federais.

Parecer 76/1975 do Conselho Federal de Educação (CFE) volta a afirmar a importância da cultura geral atenuando o caráter excessivamente profissionalizante da Lei 5.692/71.

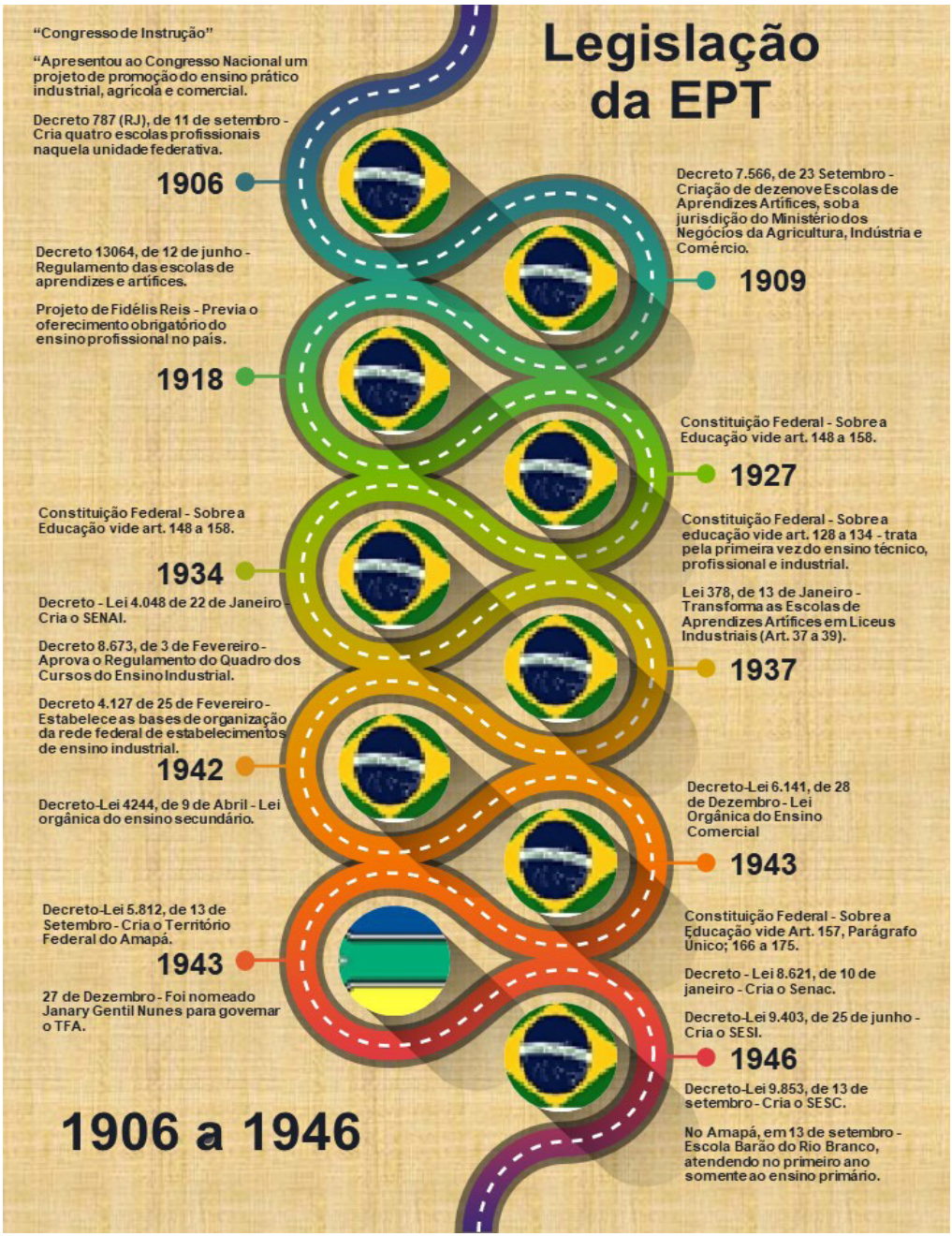
A Lei 6.545/1978, transforma as Escolas Técnicas em Centros Federais de Educação Tecnológica e amplia os cursos ministrados por estas instituições.

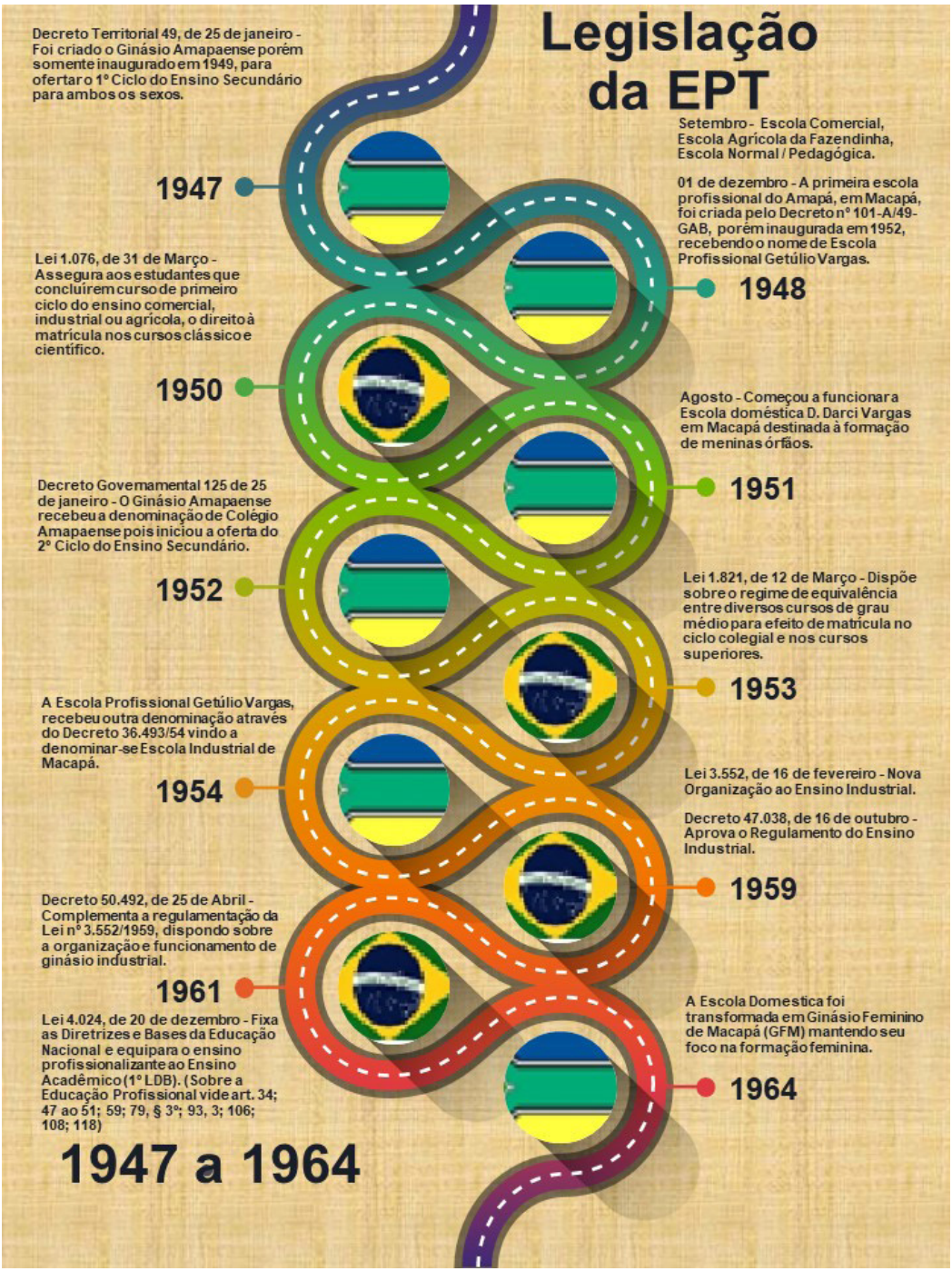
A Lei 7.044/1982, eliminou a unificação escolar com profissionalização obrigatória

para todos.

A Constituição Federal de 1988, limitou-se em seu artigo 205 a estipular como objetivo da educação a "qualificação para o trabalho". E, no seu artigo 218 a determinar que o Estado fomente a pesquisa e capacitação tecnológicas, no entanto, concedendo aos Estados e ao distrito federal a facultatividade de vincular "parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica" (BRASIL, 1988).

No Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da CF de 1988, no artigo 14, transforma os Territórios Federais de Roraima e do Amapá em Estados Federados, sendo mantidos seus atuais limites geográficos.


Legislação da EPT
"Congresso de Instrução"
"Apresentou ao Congresso Nacional um projeto de promoção do ensino prático industrial, agrícola e comercial.
Decreto 787 (RJ), de 11 de setembro - Cria quatro escolas profissionais naquela unidade federativa.
1906
Decreto 7.566, de 23 Setembro - Criação de dezenove Escolas de Aprendizes Artífices, sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio.
1909
Decreto 13064, de 12 de junho - Regulamento das escolas de aprendizes e artífices.
Projeto de Fidélis Reis - Previa o oferecimento obrigatório do ensino profissional no país.
1918
Constituição Federal - Sobre a Educação vide art. 148 a 158.
1927
Constituição Federal - Sobre a Educação vide art. 148 a 158.
1934
Constituição Federal - Sobre a educação vide art. 128 a 134 - trata pela primeira vez do ensino técnico, profissional e industrial.
Lei 378, de 13 de Janeiro - Transforma as Escolas de Aprendizes Artífices em Liceus Industriais (Art. 37 a 39).
1937
Decreto - Lei 4.048 de 22 de Janeiro - Cria o SENAI.
Decreto 8.673, de 3 de Fevereiro - Aprova o Regulamento do Quadro dos Cursos do Ensino Industrial.
Decreto 4.127 de 25 de Fevereiro - Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial.
1942
Decreto-Lei 4244, de 9 de Abril - Lei orgânica do ensino secundário.
Decreto-Lei 6.141, de 28 de Dezembro - Lei Orgânica do Ensino Comercial
1943
Decreto-Lei 5.812, de 13 de Setembro - Cria o Território Federal do Amapá.
1943
27 de Dezembro - Foi nomeado Janary Gentil Nunes para governar o TFA.
Constituição Federal - Sobre a Educação vide Art. 157, Parágrafo Único; 166 a 175.
Decreto - Lei 8.621, de 10 de janeiro - Cria o Senac.
Decreto-Lei 9.403, de 25 de junho - Cria o SESI.
1946
Decreto-Lei 9.853, de 13 de setembro - Cria o SESC.
No Amapá, em 13 de setembro - Escola Barão do Rio Branco, atendendo no primeiro ano somente ao ensino primário.
1906 a 1946


Legislação da EPT
Decreto Territorial 49, de 25 de janeiro - Foi criado o Ginásio Amapaense porém somente inaugurado em 1949, para ofertar o 1º Ciclo do Ensino Secundário para ambos os sexos.
1947
Setembro - Escola Comercial, Escola Agrícola da Fazendinha, Escola Normal / Pedagógica.
01 de dezembro - A primeira escola profissional do Amapá, em Macapá, foi criada pelo Decreto nº 101-A/49-GAB, porém inaugurada em 1952, recebendo o nome de Escola Profissional Getúlio Vargas.
1948
Lei 1.076, de 31 de Março - Assegura aos estudantes que concluírem curso de primeiro ciclo do ensino comercial, industrial ou agrícola, o direito à matrícula nos cursos clássico e científico.
1950
Agosto - Começou a funcionar a Escola doméstica D. Darci Vargas em Macapá destinada à formação de meninas órfãos.
1951
Decreto Governamental 125 de 25 de janeiro - O Ginásio Amapaense recebeu a denominação de Colégio Amapaense pois iniciou a oferta do 2º Ciclo do Ensino Secundário.
1952
Lei 1.821, de 12 de Março - Dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de grau médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores.
1953
A Escola Profissional Getúlio Vargas, recebeu outra denominação através do Decreto 36.493/54 vindo a denominar-se Escola Industrial de Macapá.
1954
Lei 3.552, de 16 de fevereiro - Nova Organização ao Ensino Industrial.
Decreto 47.038, de 16 de outubro - Aprova o Regulamento do Ensino Industrial.
1959
Decreto 50.492, de 25 de Abril - Complementa a regulamentação da Lei nº 3.552/1959, dispondo sobre a organização e funcionamento de ginásio industrial.
1961
Lei 4.024, de 20 de dezembro - Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e equipara o ensino profissionalizante ao Ensino Acadêmico (1º LDB). (Sobre a Educação Profissional vide art. 34; 47 ao 51; 59; 79, § 3º; 93, 3; 106; 108; 118)
A Escola Domestica foi transformada em Ginásio Feminino de Macapá (GFM) mantendo seu foco na formação feminina.
1964
1947 a 1964

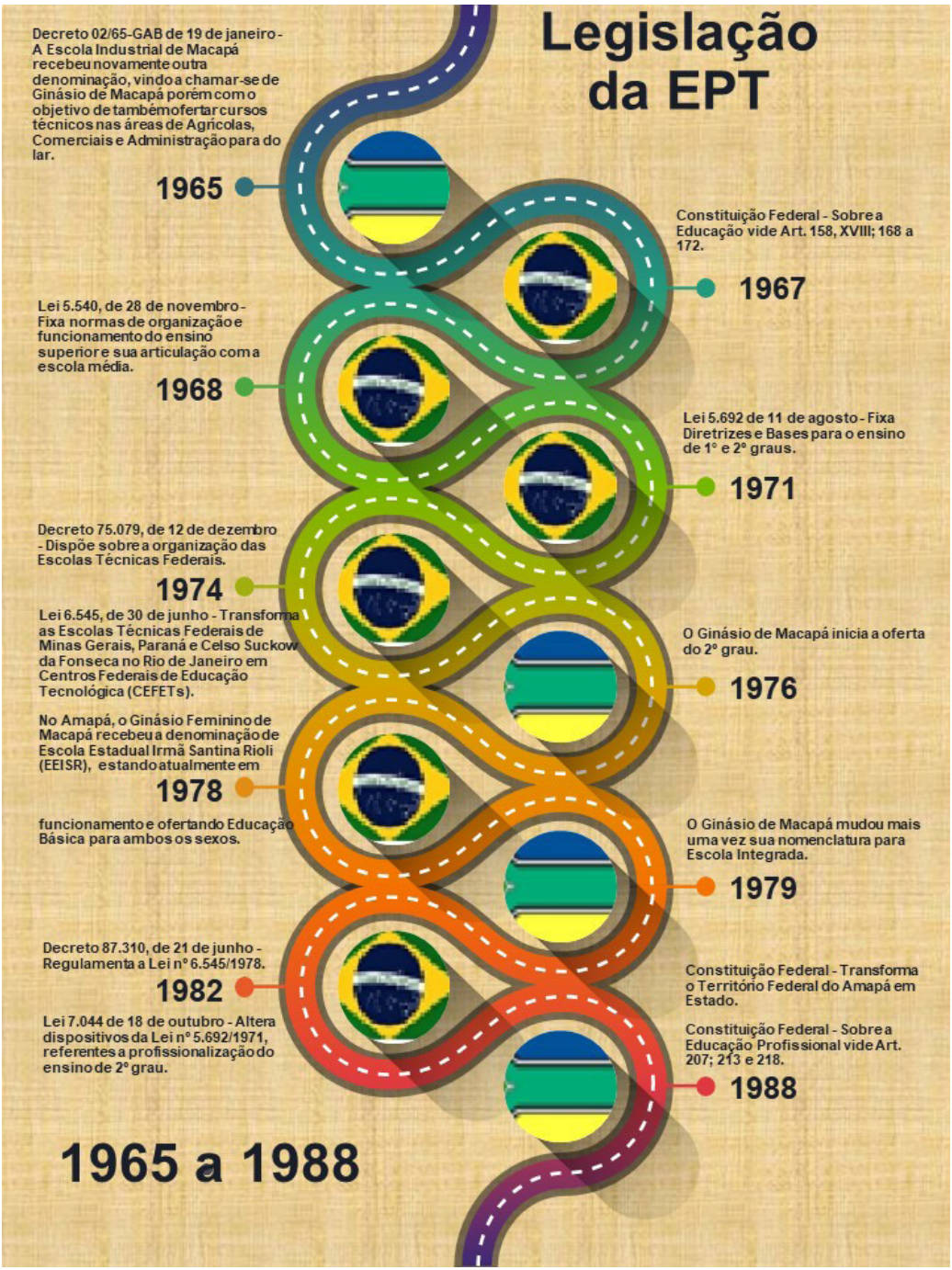



Figura 1– Resumo histórico das leis que organizaram a EPT no Brasil e no TFA.

Fonte: Elaboração dos autores.

# HISTÓRIA DA EDUCAÇAO PROFISSIONAL NO AMAPÁ

O Governo Territorial ao se instalar fixou diretrizes que abrangiam as modalidades de ensino: primário, profissional, secundário, e paralelamente, as cooperativas, o escotismo, bandeirantismo, o cinema e as bibliotecas (JORNAL DO AMAPÁ, ano 3, nº 131, 13/09/47, s/nº).

O ensino primário concretizara-se com a construção de escolas rurais, distribuídas nos povoados que tivessem no mínimo 15 crianças; escolas isoladas e reunidas; grupos escolares que ministrariam o curso primário completo com jardins de infância em anexo, nas sedes dos municípios; escolas noturnas destinadas aos adultos analfabetos; merenda escolar gratuita; educação física; cursos de aperfeiçoamento nas férias para docentes etc. (JORNAL DO AMAPÁ, idem).

O ensino profissional compreenderia, no mínimo, 5 internatos distribuídos no TFA, uma escola doméstica feminina, e uma escola profissional masculina, ambas em Macapá. Na escola doméstica ofertaria o curso primário, assim como corte, costura, culinária, lavagem e gomagem de roupa, noções de enfermagem e economia doméstica. Na escola profissional, além do curso primário seria ofertado cursos relacionados com as necessidades da região norte, como carpintaria, alfaiataria, sapateiro, pedreiro e oleiro (JORNAL DO AMAPÁ, ano 3, nº 131, 13/09/47, s/nº).

O ensino secundário deveria funcionar quando as escolas primarias oferecessem os primeiros alunos, havendo esses em proporção suficiente para abertura de turmas do ensino secundário. Fato esse que começou a acontecer em 1946 com a diplomação das primeiras turmas do ensino primário e no dia 25 de janeiro de 1947 houve a instalação do Ginásio amapaense, em Macapá, através do Decreto nº 49, sendo realizado seu registro junto ao Ministério da Educação através da Portaria Ministerial 367 de 09 de agosto de 1947 (JORNAL DO AMAPÁ, idem).

# HISTÓRIA DA EDUCAÇAO INDUSTRIAL NO AMAPÁ

Em 19 de maio de 1946 (domingo) ocorreu, na sala 5 do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, em Macapá, a aula inaugural da Escola Técnica Profissional, já tendo ocorrido nessa data as matrículas para os cursos ofertados em que serão ministradas aulas das disciplinas: português, aritmética, álgebra, eletricidade, topografia, física, telegrafia e motores. As aulas ocorreram provisoriamente na sala 5 da citada escola, no período noturno, das 19:30 às 22:30, de segunda a sexta (JORNAL DO AMAPÁ, ano 2, nº 62, 25/05/1946, s/nº).

No dia 24 de junho de 1947, durante a visita da comissão parlamentar de valorização da Amazônia o governador Janary nunes inaugura o início das obras da escola profissional do TFA (JORNAL DO AMAPÁ, ano 3, nº120, 28/06/47, s/nº; ano 4, nº 172, 26/06/48, s/nº).

Fotografia 1 - Escola Profissional de Macapá

Fonte: (JORNAL DO AMAPÁ, nº 196, 11/12/48, p. 03)

Fotografia 2 - Escola Profissional de Macapá

Fonte: (JORNAL DO AMAPÁ, nº 202, 25/01/49, s/nº)

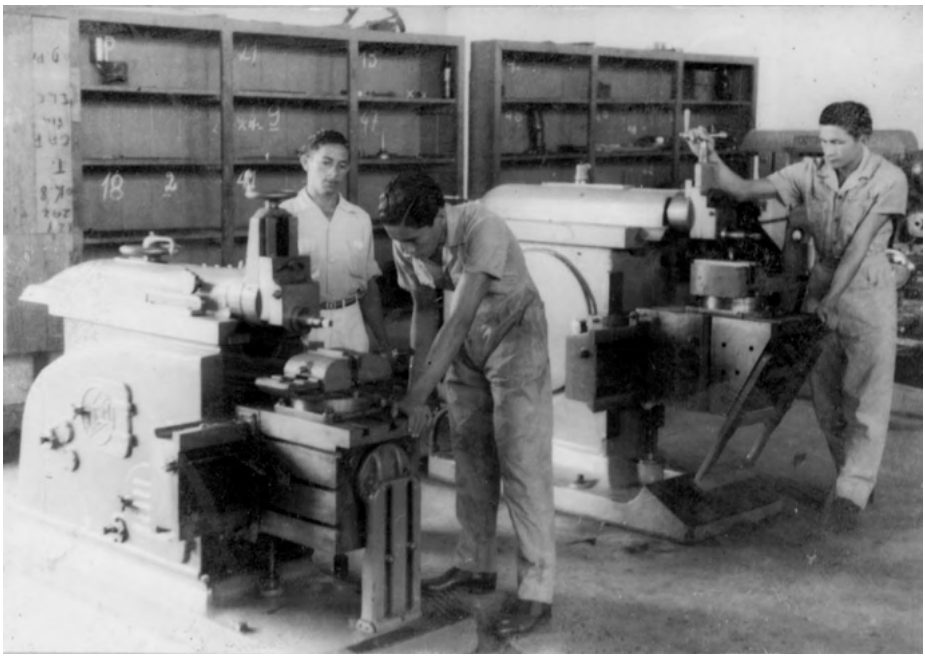
Em 1950, conforme Jornal do Amapá (ano 6, nº 267, 22/04/1950, s/nº) foram instalados os equipamentos das oficinas de mecânica, serraria e solda, e da sapataria da escola profissional, assim distribuídos:

- Oficina mecânica: 01 grande freza, 02 grandes plainas limadoras, 02 grandes tornos de furar, 01 máquina de abrir roscas e fazer parafusos, 01 máquina de serrar ferro, 01 grande máquina de limar e 01 grande compressor de ar;
- Oficina de serraria e solda: 01 gerador oxiacetilênico, 04 grandes forjas com ventoinhas elétricas;
- Oficina de sapataria: maquinário completo.
- Cozinha: equipamento completo, inclusive um grande fogão “valig”.

ESCOLA PROFISSIONAL — Vista parcial da Oficina de sapataria da Escola Profissional de Macapá, vendo-se parte da produção do dia.

Fotografia 3 - Oficina de Sapataria da Escola Profissional de Macapá

Fonte: JORNAL DO AMAPÁ, ANO 6, Nº 292, 14.10.1950

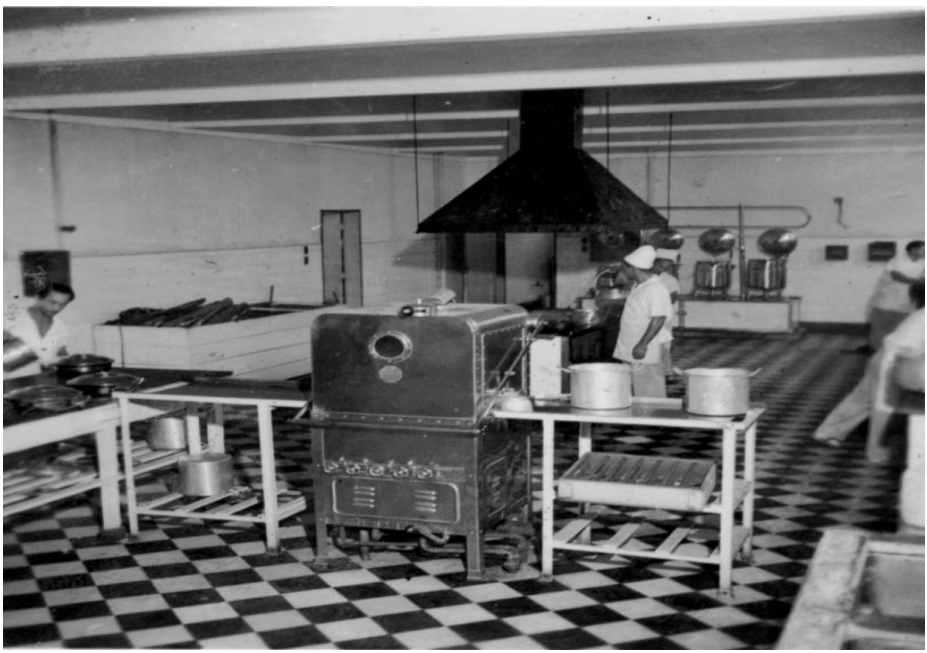


Fotografia 4 - Oficina de serraria e solda

Fonte: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=49723

Fotografia 5 - Cozinha da Escola Profissional de Macapá

Fonte: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=49731



Fotografia 6 - Cozinha da Escola Profissional de Macapá

Fonte: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=49742

A formalização da escola industrial de Macapá deu-se através do Decreto 101-A/49, de 01 de janeiro de 1950, situada na avenida FAB, bairro Central, na época sem número, hoje no número 264 (AMAPÁ, 1950).

Em setembro de 1950, o SENAI, após apreciação da solicitação do Governo Territorial, aprova um auxílio a escola técnica profissional de Macapá que recebeu a visita do diretor do SENAI, responsável pela zona norte do brasil, com sede no Ceará (JORNAL DO AMAPÁ, ano 6, nº 283, 12/08/1950, s/nº).

No dia 01 de dezembro de 1950 ocorreu a inauguração do prédio da escola industrial, tendo sido orador o Dr. José Dionísio da Silva Barros (JORNAL DO AMAPÁ, ano 6, nº 298, 25/11/50, p. 01).

A Escola Profissional de Macapá, destinada ao ensino de artes e ofícios à juventude amapàense, cuja instalação está prevista para o corrente ano.

Fotografia 7 - Construção finalizada da Escola Profissional de Macapá

Fonte: JORNAL DO AMAPÁ, ano 5, nº 235, 13/09/1949

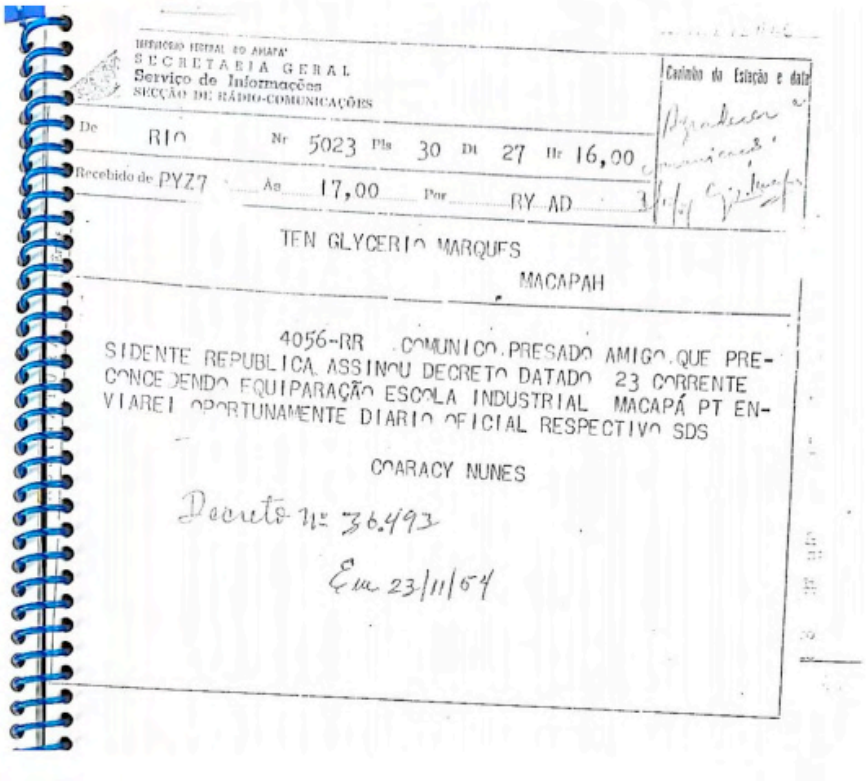
Fotografia 8 - Construção finalizada da Escola Profissional de Macapá

Fonte: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=440431

Em 17 de maio de 1957, foi aprovado o Estatuto do Grêmio literário e cívico “Dr. Jose Dionísio da Silva Barros”, órgão representativo do corpo discente da escola industrial de Macapá, fundado em 05 de abril de 1952, com a finalidade de promover a união dos alunos da escola industrial, assim como o aprimoramento cívico-literário. Essa promoção ocorreria através de programas extracurriculares elaborados para suscitar nos alunos a compreensão das responsabilidades que lhe são inerentes ao possuírem o diploma de artífice. O Grêmio era administrado por uma diretoria composta de 10 membros com mandato de 1 ano letivo, escolhidos por voto secreto, dentre as chapas elegíveis. O nome do Grêmio (Dr. Jose Dionísio de Barros) foi uma homenagem póstuma ao primeiro diretor da escola industrial de Macapá (JORNAL DO AMAPÁ, ano 15, nº 1023, 14/06/59, p. 03).

Com Decreto 36.493, de 23 de novembro de 1954, é concedida equiparação à Escola Industrial de Macapá, contudo limitado aos cursos de Mecânica de Máquinas e Artes do Couro (BRASIL, 1954).

A figura 1 é uma mensagem de Coaracy Nunes para o Tenente Glycerio Marques em que aquele informa que houve a assinatura do Decreto 36.493/54 por parte do Presidente da República.


TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ
SECRETARIA GERAL
Serviço de Informações
SECÇÃO DE RÁDIO-COMUNICAÇÕES

Carimbo da Estação e data

De RIO Nr 5023 Pls 30 Dt 27 Hr 16,00

Recebido de PYZ7 Às 17,00 Por RY AD

TEN GLYCERIO MARQUES

MACAPAH

4056-RR COMUNICO PRESADO AMIGO QUE PRESIDENTE REPUBLICA ASSINOU DECRETO DATADO 23 CORRENTE CONCEDENDO EQUIPARAÇÃO ESCOLA INDUSTRIAL MACAPÁ PT ENVIAREI OPORTUNAMENTE DIARIO OFICIAL RESPECTIVO SDS

COARACY NUNES

Decreto Nº 36.493

Em 23/11/64

Figura 1 - Mensagem de Coaracy Nunes.

Fonte: Arquivos da escola industrial.

Em 2 de setembro de 1964 o General Luiz Mendes da Silva Governador do TFA através do Decreto 07/1964 – GAB, retificado pelo Decreto 02/65 – GAB, levando em conta as carências estruturais que afetavam a distribuição do ensino médio; a falta de oportunidade de acesso universitário dos concludentes dos cursos industriais existentes; o desequilíbrio entre a demanda e a oferta de instrução e que o sistema federal de ensino oferecia apenas as condições básicas para a eliminação dos pontos de estrangulamento dos processos educacionais da região, transformou a Escola industrial de Macapá em Ginásio Industrial de Macapá (AMAPÁ, 1964).

Entretanto, houve uma retificação nas funções da escola a partir do Decreto 02/1965 – GAB, de 19 de janeiro de 1965 (AMAPÁ, 1965), que modificou o nome da escola para “Ginásio de Macapá”, orientado para o trabalho. A partir desse Decreto ocorre o desvinculamento da escola com a rede de ensino industrial, passando o estabelecimento a receber orientações da Inspetoria Seccional do Ensino Secundário de Belém, pela Ordem de Serviço 05, da, de 29 de janeiro de 1965 (AMAPÁ, 1965), dessa inspetoria, ratificada pela Portaria 174/1965 – DES MEC, de 01 de julho de 1965 (AMAPÁ, 1965), tornando-se o

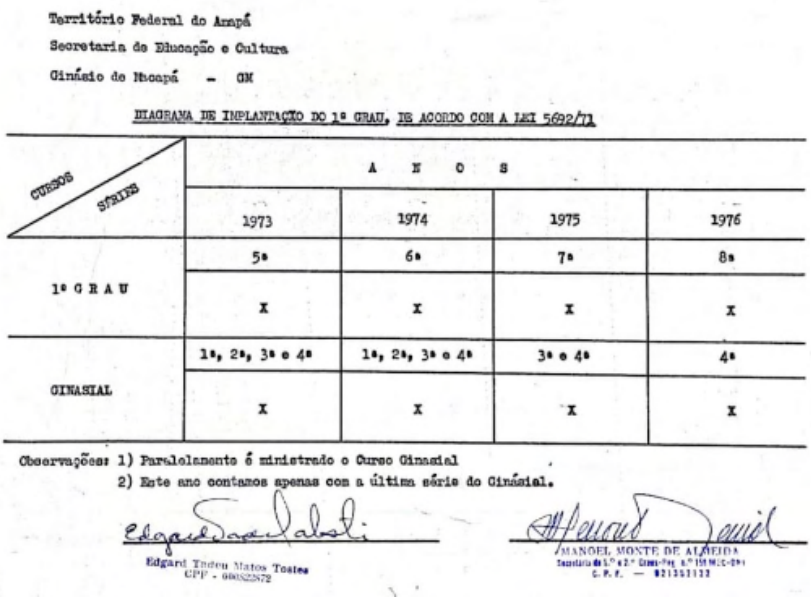
primeiro Ginásio orientado para o trabalho, criado no Brasil. Com essa nova regulamentação a Escola limitou suas atividades ao 1º ciclo, e em termos de ensino técnico, estendeu a oferta que antes era apenas artes industriais para técnicas agrícolas, técnicas comerciais e administração para o lar. Sendo que a partir da lei 5.692/71 (lei de diretrizes e bases) passou a receber alunos de ambos os sexos.

A portaria 310, de 14 de setembro de 1976, da Secretaria de Educação e cultura do TFA determina a implantação do 2º grau (AMAPÁ, 1976).

Por consequência dessa Portaria, através do ofício 97, o Diretor do Ginásio de Macapá solicitou ao Conselho de Educação do TFA (C.E. TFA), na pessoa da sua presidente Annie Vianna da Costa, a regularização da implantação do 1° grau nessa instituição de ensino. Sendo respondido em 08 de fevereiro de 1977 pelo ofício 14 - C.E. TFA que continha o Parecer 61/76 - C.E. TFA que regulariza a implantação da 5° a 8° série do ensino de 1° grau nos moldes da Lei 5.692/71 (Lei de Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2° graus). O Parecer expôs as condições de existência da educação amapaense, em especial, do Ginásio de Macapá. Nesse período estava ocorrendo a transição educação que qualificava para o trabalho, prevista pela Lei 4.024/61, para uma educação preparava para o trabalho, prevista na Lei 5.692/71. Na prática as 4 séries ginasiais de grau médio estavam sendo substituídas pelas séries de 5° a 8° do 1° grau. Conforme Parecer tal transição foi realizada sem regulamentação que surgiu apenas já no final da implantação da 8° série. E, dentre outras dificuldades encontradas podemos citar a formação dos professores para a docência do núcleo especial do 2° grau, haja visto, de 53 professores apenas 02 eram habilitados (Licenciados) para ministrar disciplinas técnicas (AMAPÁ, 1976).

Apesar desse contingente possuir 19 professores com cursos de treinamentos, realizado em instituições que ofertavam cursos profissionalizantes reconhecidos (com conhecimentos pedagógicos e didáticos), entretanto, não possuíam formação superior para ministrar aulas no núcleo especial, ou seja, não eram habilitados em EPT para a época. Sendo que suas autorizações para lecionar foram expedidas em caráter emergencial, mas que já se estendam a anos de docência (AMAPÁ, idem).

A figura 2 é um diagrama de implantação das turmas de 1º grau em substituição as turmas ginasiais, dos anos de 1973 a 1976.



Território Federal do Amapá
Secretaria de Educação e Cultura
Ginásio de Macapá – GM

DIAGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO 1º GRAU, DE ACORDO COM A LEI 5692/71

| CURSOS / SÉRIES | ANOS | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 1973 | 1974 | 1975 | 1976 |
| 1º G R A U | 5ª | 6ª | 7ª | 8ª |
| | X | X | X | X |
| GINASIAL | 1ª, 2ª, 3ª e 4ª | 1ª, 2ª, 3ª e 4ª | 3ª e 4ª | 4ª |
| | X | X | X | X |

Observações: 1) Paralelamente é ministrado o Curso Ginasial
2) Este ano contamos apenas com a última série do Ginásial.

Edgard Tadeu Matos Tostes
CPF - 000522872

MANOEL MONTE DE ALMEIDA
C. P. F. — 021351132

Figura 2 - Diagrama de implantação do 1º grau.

Fonte: Arquivos da escola industrial.

A figura 3 é um quadro com a divisão das disciplinas de 1º a 4º por categorias: obrigatórias, complementares e práticas educativas (disciplinas que qualificavam para o trabalho).

Território Federal do Amapá

Secretaria de Educação e Cultura

Ginásio de Macapá - GM

CURRICULO E CARGA HORÁRIA - GINÁSIO

| DISCIPLINAS | SÉRIES | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 1ª | 2ª | 3ª | 4ª |
| 1) Obrigatórias: | | | | |
| 1. Português | 4 | 4 | 4 | 4 |
| 2. Matemática | 4 | 4 | 4 | 4 |
| 3. Ciências | 3 | 3 | 3 | 3 |
| 4. História | 2 | 2 | 2 | 2 |
| 5. Geografia | 2 | 2 | 2 | - |
| 6. Educação Moral e Cívica | - | - | 2 | - |
| 2) Obrigatórias Complementares: | | | | |
| 1. Desenho | 2 | 2 | 3 | 3 |
| 2. O.S.P.B. | - | - | - | 2 |
| 3. Inglês | - | - | - | 2 |
| 3) Práticas Educativas: | | | | |
| 1. Artes Industriais | | | | |
| 2. Técnicas Comerciais | | | | |
| 3. Técnicas Agrícolas | 4 | 4 | 4 | 4 |
| 4. Educação p/Lar | | | | |
| 5. Educação Musical | 1 | 1 | 1 | 1 |
| 6. Educação Religiosa | 1 | 1 | 1 | 1 |
| 7. Educação Física | 3 | 3 | 3 | 3 |
| TOTAL DE AULA SEMANAL..... | 25 | 25 | 28 | 28 |

DIRETOR

Edgard Tadeu Matos Tostes
CPF - 600822872

MANOEL [illegible] OLMEIDA
Secretário da 1.ª e 2.ª Cross-Reg n.º 159 MEC-DRI
C. P. F. — 821352132

Figura 3- Quadro das disciplinas de 1º a 4º serie de 1976.

Fonte: Arquivos da escola industrial.

A figura 4 é um quadro com a divisão das disciplinas de 5º a 8º por categorias: Núcleo Geral, Passe Livre (optativas), Núcleo Especial (disciplinas que qualificavam para o trabalho).

Secretaria de Educação e Cultura

Ginásio de Macapá - GM

CURRÍCULO E CARGA HORÁRIA DE 1976

| | ÁREAS DE ESTUDO OU DISCIPLINAS | SÉRIES | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 5ª | 6ª | 7ª | 8ª |
| EDUCAÇÃO GERAL | Comunicação e Expressão: | | | | |
| | 1. Língua Portuguêsa | 5 | 5 | 5 | 5 |
| | 2. Educação Artística | 1 | 1 | - | - |
| | 3. Educação Física | 3 | 3 | 3 | 3 |
| | Estudos Sociais | | | | |
| | 1. Geografia | | | | |
| | 2. História | | | | |
| | 3. Educação Moral e Cívica | 5 | 5 | 5 | 5 |
| | 4. O.S.P.B. | | | | |
| | 5. Ensino Religioso | 1 | 1 | 1 | 1 |
| | Iniciação às Ciências | | | | |
| | 1. Matemática | 5 | 5 | 5 | 5 |
| | 2. Ciências | 3 | 3 | 3 | 3 |
| PARTE DIVERS. | 1. Língua Inglêsa | - | - | 2 | 2 |
| | 2. Desenho | 2 | 2 | 3 | 3 |
| FORMAÇÃO ESPECIAL | Sondagem de Aptidões: | | | | |
| | 1. Artes Industriais | | | | |
| | 2. Técnicas Comerciais | | | | |
| | 3. Técnicas Agrícolas | 4 | 4 | 4 | 4 |
| | 4. Educação p/ Lar | | | | |
| | TOTAL DE AULA SEMANAL..... | 28 | 28 | 30 | 30 |

DIRETOR

Edgard Tadeu Matos Tostes

MANOEL BENTÁRIO ALMEIDA

Figura 4 - Quadro das disciplinas de 5º a 8º serie de 1976.

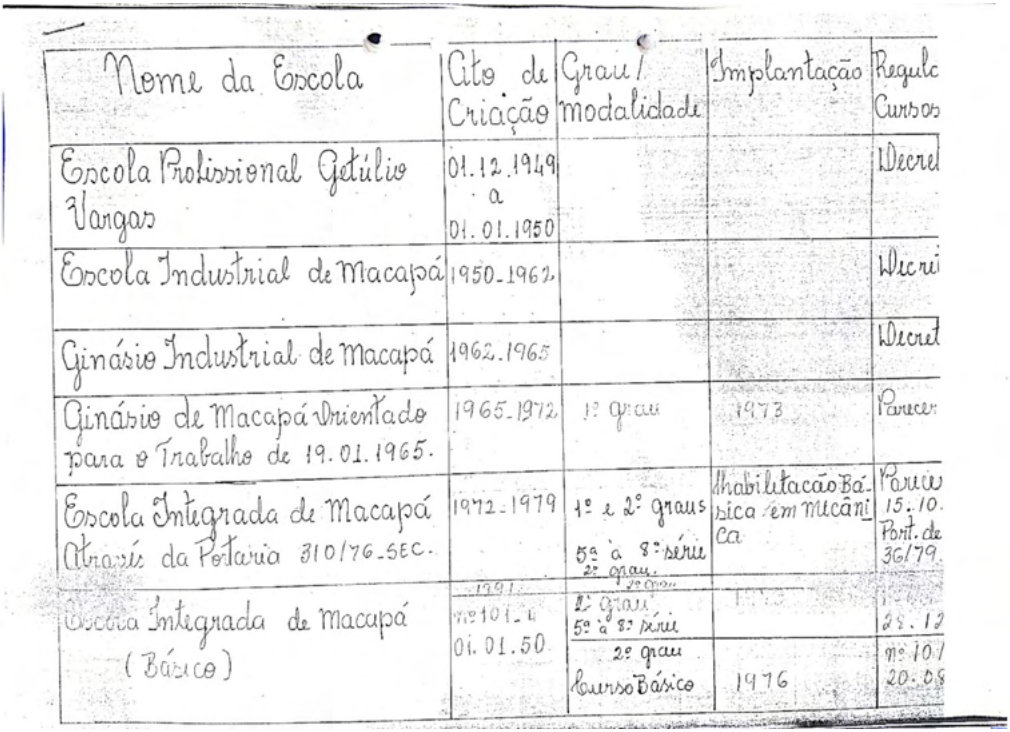
Fonte: Arquivos da escola industrial.

A portaria 60, de 22 de fevereiro de 1978, da Secretaria de Educação e Cultura do TFA autoriza o funcionamento do curso de habilitação básico em mecânica, no ginásio de

Macapá (AMAPÁ, 1978).

A portaria 200, de 09 de junho de 1979, da Secretaria de Educação e Cultura do TFA renomeia o Ginásio de Macapá para Escola Integrada de Macapá (AMAPÁ, 1979).

A figura 5 é um quadro contendo as denominações[1] da Escola industrial de Macapá, desde sua criação.



| Nome da Escola | Ato de Criação | Grau / Modalidade | Implantação | Regulc Cursos |
|---|---|---|---|---|
| Escola Profissional Getúlio Vargas | 01.12.1949 a 01.01.1950 | | | Decret |
| Escola Industrial de Macapá | 1950-1962 | | | Decri |
| Ginásio Industrial de Macapá | 1962.1965 | | | Decret |
| Ginásio de Macapá Orientado para o Trabalho de 19.01.1965. | 1965-1972 | 1º grau | 1973 | Parece |
| Escola Integrada de Macapá Através da Portaria 310/76-SEC. | 1972-1979 | 1º e 2º graus 5ª à 8ª série 2º grau. | Habilitação Básica em Mecânica | Parec 15.10. Port. de 36/79. |
| Escola Integrada de Macapá (Básico) | 1991 nº 101-4 01.01.50 | 1º Grau 5ª à 8ª série 2º grau Curso Básico | 1976 | 28.12 nº 10 20.08 |

Figura 5 - Denominações da escola industrial de Macapá.

Fonte: Arquivos da escola industrial.

1. Não foi encontrado nessa pesquisa documento que comprove ter sido Escola Profissional Getúlio Vargas o primeiro nome da escola industrial de Macapá. Até mesmo porque conforme Jornal do Amapá (ano 2, nº 62, 25/05/1946, s/nº) o início da escola se deu no dia 19 de maio de 1946 e não no 01 de dezembro de 1949, conforme figura 2.

# HISTÓRIA DA EDUCAÇAO AGRÍCOLA NO AMAPÁ

Tendo em vista que um dos tripés do plano de governo era educar com foco na educação profissional, após a devida alfabetização, Janary Nunes, fomenta o desenvolvimento agrícola paralelo à educação rural almejando a profissionalização precoce de sua população, já que em sua maioria não eram alfabetizados, e para isso ele , através do Diretoria de Educação e Cultura (DEC), pelo Memorando 57, de 15 fevereiro de 1945, estabelece para os alunos do Grupo Escolar de Macapá (posteriormente denominado Barão do Rio Branco) atividades pré-vocacionais de olaria, marmoraria, marcenaria, carpintaria, agricultura, corte, costura e bordado, etc., ou seja, ele direciona a educação primaria para a profissionalização agrícola (Fotografia 5) dos seus alunos tendo em vista a defasagem de profissionais qualificados nessas atividades (JORNAL DO AMAPÁ, ano I, nº 01, de 19/03/45, p. 03; ano I, nº 15, 30/06/1945, s/nº; ano I, nº 31, 20/10/45, p. 04; ano 2, nº 52, 16/03/1946, s/nº).

A gravura ao lado fixa o empenho do govêrno territorial, através de seu órgão especializado — o Departamento de Produção e Pesquisas — em incrementar o cultivo agrícola, cujos ensinamentos atingem a própria infância que recebe proveitosas lições por intermédio da Cooperativa Agrícola Escolar de Macapá.

Fotografia 12 - Cooperativa Agrícola Escolar de Macapá

Fonte: (JORNAL DO AMAPÁ, nº 08, 12/05/45, p. 02)

Janary Nunes, em março de 1947, fundamentado pelo Decreto 22.470, de 20 de Janeiro de 1947, que fixou a rede de estabelecimento de ensino agrícola no território nacional e permitiu a instalação e o custeio através de verbas públicos de dois terços do total da verba necessária, mediante acordo, de escolas de iniciação agrícola no Território do Amapá, solicita através do Ofício 100, ao Ministério da Agricultura o funcionamento de um curso de iniciação agrícola, anexo ao posto agropecuário de Macapá, na fazendinha, no prédio da escola rural que foi inaugurada, no dia 26 de janeiro de 1947, sendo respondido

através do Ofício G.M. 1176, de 28 de junho de 1947, confirmando o crédito especial de $ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros) para a instalação da escola de iniciação agrícola do TFA, sendo o referido credito disponibilizado no exercício de 1948 (JORNAL DO AMAPÁ, ano 2, nº 101, 22/02/47, s/nº; ano 3, nº 122, 12/06/47, s/nº).

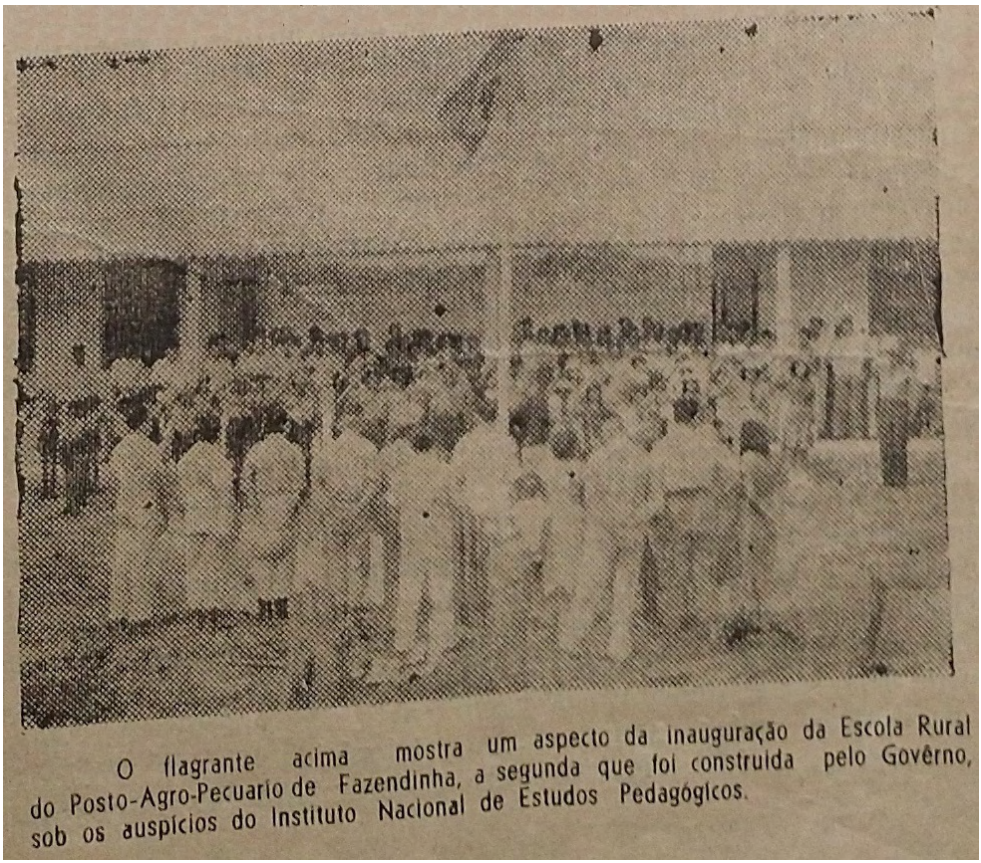
O referido curso obedecia ao seguinte programa:

- Disciplinas de cultura geral: português, matemática, ciências naturais, geografia e história do brasil;
- Disciplinas de cultura técnica: agricultura, criação de animais domésticos e desenho (JORNAL DO AMAPÁ, ano 2, nº 101, 22/02/47, s/nº).

A seriação das disciplinas constitutivas do curso ocorreu da seguinte forma:

- Primeira série: português, matemática, ciências naturais, geografia e história do brasil, agricultura e desenho;
- Segunda série: português, matemática, ciências naturais, agricultura e criação de animais domésticos (JORNAL DO AMAPÁ, idem).

É importante frisar que para o sexo feminino ocorrerão nas 02 (duas) series a disciplina de economia doméstica (JORNAL DO AMAPÁ, ano 2, nº 101, 22/02/47, s/nº).



O flagrante acima mostra um aspecto da inauguração da Escola Rural do Posto-Agro-Pecuario de Fazendinha, a segunda que foi construida pelo Govêrno, sob os auspicios do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Fotografia 14 - Escola Rural da Fazendinha

Fonte: (JORNAL DO AMAPÁ, ano 3, nº 106, 29/03/47, s/nº)

No mês de novembro de 1947, o Governador Janary visita a superintendência de ensino agrícola do Ministério da Agricultura em que acerta medidas para o funcionamento de uma escola de iniciação agrícola, em regime de internato, para o ano de 1948, no município de Amapá (Jornal do Amapá, ano 3, nº 140, 15/11/47, s/nº).

Em 01 de março de 1948, a escola de iniciação agrícola do município de amapá foi instalada em regime de internato, com 50 alunos matriculados e mais 115 alunos em semi-internato, com frequência média de 100, totalizando 150 alunos. Utilizou-se, a escola, de parte das instalações da base aérea de amapá, U.S. Navy, cedida pelo Ministério da Aeronáutica. Nesse mesmo mês, a comissão de agricultura aprova o projeto 57/1947 autorizando o Estados e Territórios a construir e instalar escolas Agrotécnicas, inclusive no TFA. A escola de iniciação agrícola, foi a primeira de uma série de 5 internatos profissionais previstos no plano de educação do Governo Territorial (Jornal do Amapá, ano 4, nº 159, 27/03/48, s/nº; ano 4, nº 168, 29/05/48, s/nº; ano 5, nº 232, 20/08/49, s/nº).

Fotografia 15 - Escola de iniciação agrícola do município de Amapá

Fonte: (JORNAL DO AMAPÁ, ano 04, nº 208, 05/03/49, s/nº)

Em julho de 1949, O Deputado Coaracy Nunes solicitou emenda ao orçamento para 1950, acrescentando a construção da escola profissional, colégio São José de Macapá, no valor de Cr$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros); a construção da escola agropecuária profissional, abrigo Caetano da Silva, no Oiapoque, no valor de Cr$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) (JORNAL DO AMAPÁ, ano 5, nº 227,16/07/49, s/nº).

A referida emenda foi encaminhada com a justificativa de que o incentivo a prelazia de Macapá (administrada por padres do Instituto Pontifício de Milão) ocorria porque essa contribuía com a assistência social e a educação do amapá, tendo em vista que ela já tinha ao seu encargo o internato agropecuário, colégio São José, em Macapá, e o abrigo Caetano da Silva, no Oiapoque, sendo ambos com a mesma finalidade: atendimento assistencialista aos pobres e educação voltada para a agricultura, pecuária e ensino industrial (JORNAL DO AMAPÁ, idem). O referido instituto veio para o Amapá por solicitação do Governo do TFA para ministração de serviço religioso, sendo tal pedido atendido no ano de 1948 em que foram designados os padres das missões estrangeiras (Instituto Pontifício de Milão) (JORNAL DO AMAPÁ, ano 5, nº 284, 19/08/50, s/nº).

Fotografia 16 - Visita de Don Anselmo Pietrulla a Macapá

Fonte: (JORNAL DO AMAPÁ, ano 04, nº 204, 05/02/49, p. 03)

O Colégio São José, localizado na ilha de Santana, município de Macapá, e o Abrigo Caetano da Silva, localizado no município de Oiapoque, sendo que ambos eram dirigidos pelos padres do instituto pontifício das missões estrangeiras (Prelazia de Macapá) e ofertavam um ensino agropecuário e industrial, visando formar trabalhadores rurais e operários industriais. E, anexo as escolas profissionais ofereciam cursos primários para os alunos que não possuíssem a alfabetização necessária para ingressar nos cursos profissionais (JORNAL DO AMAPÁ, ano 5, nº 228, 23/07/49, s/nº; ano 5, nº 229, 30/07/49).

O Colégio se subdividia em: escola profissional, escola industrial e escola ruralista;

e, o abrigo em:  escola primário, escola profissional e escola ruralista. A escola profissional ofertava cursos de formação de artífices das diversas especialidades e ofícios; a escola industrial visava a formação do pequeno industrial para aproveitamento das matérias primas regionais pela formação de elemento técnico prático; a escola ruralista tinha como escopo a formação de uma mentalidade ruralista na criança, visando sua fixação ao solo, nos trabalhos de lavoura e pecuária, através de atividades cotidianas dos diversos setores agropastoris (JORNAL DO AMAPÁ, idem).

## HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NORMAL NO AMAPÁ

Janary Nunes, no dia 16 de setembro de 1948, firmou acordo com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação para construção de 01 (uma) escola normal em Macapá, 2 (dois) grupos escolares e de 10 (dez) escolas rurais no TFA (Jornal do Amapá, ano 4, nº 185, 25/09/48, s/nº).

Em 28 de outubro de 1948, houve a inauguração das obras e lançamento do edital para a 1ª Escola Normal do TFA com previsão de início da 1ª turma para 1949, sendo os exames para admissão no curso realizados na primeira quinzena de dezembro/1948 e na segunda quinzena de fevereiro/1949. Devendo o candidato ter no mínimo 13 anos e não ser maior de 25 anos, assim como, ter concluído o ensino primário. A inscrição era gratuita e as disciplinas e conteúdo do exame de admissão eram os mesmos dos exames para o curso ginasial (JORNAL DO AMAPÁ, ano 4, nº 190, 30/10/48, s/nº; ano 4, nº 190, 30/10/48, p. 03).

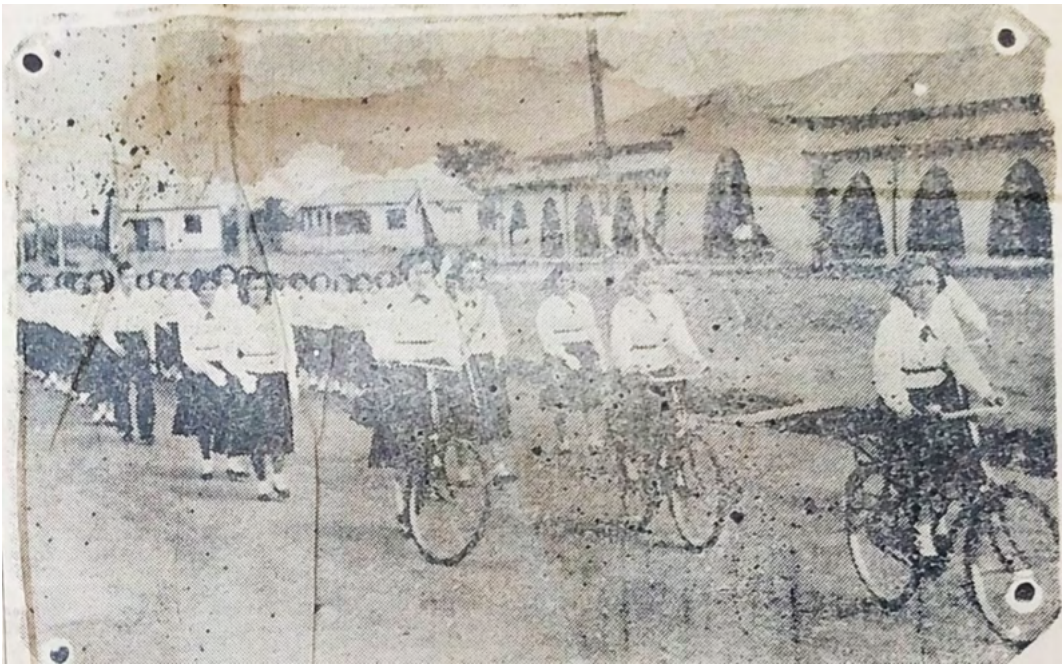
A escola Normal (Fotografia 7) foi fundada em 08 de dezembro de 1948 e estava funcionando provisoriamente no prédio da escola industrial. O curso normal regional de Macapá, instituição de ensino normal criado e mantido pelo Governo do TFA, destinava-se a formação de professores de ensino primário. O período letivo foi iniciado com a matrícula de 62 alunos dos quais 6 eram homens. O corpo docente era composto dos professores: Jose Barroso Tostes, Predicanda Carneiro de Amorim Lopes, Dr. José Dionísio da Silva Barros, Ester da Silva Virgolino, Mario Luís Barata, Vitoria Tannus Tuma, Sargento Jose Ubirajara Lopes de Souza e como diretora a professora Predicanda Carneiro de Amorim Lopes (JORNAL DO AMAPÁ, ano 6, nº 287, 13/09/50, s/nº).

Em setembro de 1949, foi assinado o acordo entre o TFA e o Ministério da Educação para construção da escola normal de Macapá, orçada em Cr$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) (JORNAL DO AMAPÁ, ano 5, nº 238, 01/10/49, s/nº).

Fotografia 7 - Normalistas em desfile na frente da Escola Industrial

Fonte: JORNAL DO AMAPÁ, ano 6, nº 287, 13/09/50.

Como forma de estimular a continuidade dos estudos o Governo do TFA encaminhava os estudantes, com baixa renda, da escola normal e do ginásio amapaense para atividades remuneradas, em horários que não prejudicassem seus estudos e compatíveis com a idade deles. Especialmente para atividades de jardinagem e horticultura, no caso dos alunos do ginásio, haja visto que tais atividades faziam parte dos programas de ensino. Eles as exerciam nos jardins públicos e nos campos de horticultura de propriedade do governo que abasteciam a população amapaense e vendiam tais produtos a preços mínimos. Os alunos da escola normal eram encaminhados para estágios em escolas primarias e quando já estavam no último ano do curso o estágio passava a ser remunerado. Tal iniciativa supria também a deficiência no quantitativo de professores necessários para a educação amapaense (JORNAL DO AMAPÁ, ano 6, nº 299, 02/12/50, p. 02).



Fotografia 10 - Normalistas em desfile na frente da Escola Industrial

Fonte: JORNAL DO AMAPÁ, ano 6, nº 287, 13/09/50.

Fotografia 11 - Professora e Diretora Predicanda Amorim Lopes, cercada de Normalistas, na frente da Catedral de Macapá

Fonte: JORNAL DO AMAPÁ, ano 6, nº 287, 13/09/50.

# HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO COMERCIAL NO AMAPÁ

No dia 07 de agosto de 1949, às 17 horas, a Associação Comercial, Agrícola e Industrial do TFA em reunião ocorrida em uma das salas do grupo escolar Barão do Rio Branco decidiu pela implantação de uma escola técnica de comercio, em Macapá, que teria suas matrículas abertas de imediato e funcionaria, provisoriamente, na sede do Macapá esporte clube. Sendo solicitado ao deputado federal do território, Coaracy Nunes, que se empenhe pelo registro e legalização da referida escola junto ao ministério da educação (JORNAL DO AMAPÁ, ano 5, nº 231, 13/08/19496, s/nº).

No dia 24 de abril de 1950, ocorreu a solenidade de início das aulas da escola técnica de comercio, no edifício da escola profissional, tendo como diretor desse estabelecimento o contador Paulo Remy Gillet, orientador pedagógico o prof. Gabriel de Almeida Café, secretaria a contadora Nazaira de Almeida Café, tesoureiro o contador Moises Zaguri, o fiscal federal o contador Paulo Moacir de Carvalho e presidente da A.C.A.I. do TFA o Sr. Álvaro Guimaraes Varques. A escola inicialmente ofertou 2 cursos, um básico de 4 anos de duração e um técnico de 3 anos de duração, tendo 33 alunos matriculados e funcionava nos turnos tarde e noite, com uma sala especializada para estudo de datilografia e mecanografia. Sendo indicado para patrono da escola o contador Francisco Jose da Costa que foi o primeiro idealizador dela e o primeiro contador do TFA. A documentação para legalização da referida escola foi protocolada com o número 69.497 junto ao ministério da educação (JORNAL DO AMAPÁ, ano 6, nº 264, 01/04/1950, s/nº; ano 6, nº 287, 13/09/1950, s/nº;).

Em 01 de setembro de 1950 a escola técnica comercial do Amapá (ETCA) comemorou seu primeiro aniversário com a inauguração dos cursos de estenografia, datilografia e mecanografia que ocorria em um dos departamentos da escola profissional. Aquele estabelecimento de ensino era mantido pela Associação Comercial, Agrícola, e Industrial do Território do Amapá (ACAITA.) e pelo Governo Territorial através de subvenções. (JORNAL DO AMAPÁ, ano 6, nº 287, 13/09/1950, s/nº; ano 6, nº 288, 16/09/1950, p. 05).

O Regimento interno da ETCA previa a subordinação à ACAITF. sendo por ela nomeado do corpo administrativo (diretor, tesoureiro, fiscal de disciplina, datilografo, inspetor de alunos, servente e porteiro), salvo o secretário (a) que era competência do diretor. O diretor era escolhido dentre os professores da escola, sendo que esse podia, apesar de investido na função, exercer a docência (JORNAL DO AMAPÁ, ano 6, nº 292, 14/10/50, p. 03; ano 6, nº 295, 04/11/50, p. 02; ano 6, 296, 11/11/50, p.03; ano 6, nº 297, 18/11/50, p.03; ano 6, nº 298, 25/11/50, s/nº; ano 6, nº 299, 02/12/50, s/nº).

A destinação da escola era ministrar o curso de contador (técnico em contabilidade) a pessoas de ambos os sexos, com duração de 7 anos, que compreendia o curso básico e o técnico. Os exames de admissão a primeira série do curso básico eram compostos de provas escritas e orais das disciplinas de português, aritmética, geografia e história do

brasil, sendo exigido a idade mínima de 12 anos para matrícula, assim como atestado de sanidade e vacinação e pagamento da taxa de inscrição. (JORNAL DO AMAPÁ, idem).

A expedição de diploma, aos alunos que concluíssem o curso, ocorria mediante pagamento de taxa, sendo que, conforme artigo 82 do regimento, o aluno em debito financeiro com a ETCA não podia fazer provas e nem tinha o direito a promoção a série seguinte, salvo se dispensado pelo diretor da escola ou pelo presidente da associação comercial (JORNAL DO AMAPÁ, ano 6, nº 292, 14/10/50, p. 03; ano 6, nº 295, 04/11/50, p. 02; ano 6, 296, 11/11/50, p.03; ano 6, nº 297, 18/11/50, p.03; ano 6, nº 298, 25/11/50, s/nº; ano 6, nº 299, 02/12/50, s/nº).

A E.T.C. finalizou seu primeiro ano de funcionamento, em dezembro de 1950, com a publicação do resultado das provas do 1º e 3º ano básico e 1º ano técnico. Sendo essa instituição agraciada, no mesmo mês, com a publicação do orçamento da república para o ano de 1951 que constava um auxílio de Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) por consequência de um projeto apresentado pelo deputado Coaraci Nunes. Foi também publicado a nomeação do contador Paulo Moacir de carvalho como inspetor-fiscal junto a referida escola que a partir daquele momento estava obtendo fiscalização provisória para fins de legalização da instituição (JORNAL DO AMAPÁ, ano 6, nº 303, 30/12/50, p. 04).

# HISTÓRIA DA EDUCAÇAO DOMÉSTICA NO AMAPÁ

O decreto territorial 13, de 29 de maio de 1944, criou as escolas de prendas domésticas de Macapá e Mazagão Velho (Jornal do Amapá, ano 1, nº 06, publicado em: 28/04/45).

No dia 01 de dezembro de 1950 ocorreu a inauguração da exposição de prendas e trabalhos manuais nos grupos escolares da capital e no dia 03 de dezembro do mesmo ano o Monsenhor Aristídes Piróvano, administrador apostólico da Prelazia de Macapá, retornou ao TFA após uma viagem ao vaticano, acompanhado da superiora provincial da Argentina/ Brasil Cecilia Bernasconni e das irmãs Ana Gricoletti e Emília Bonacina Grepi que pertenciam a ordem de caridade de nossa senhora Maria Menina, sediada em Buenos aires, e vieram analisar as condições para instalação de 06 freiras para administrar e ministrar ensinos na Escola Domestica de Macapá que estava sendo construída e brevemente seria inaugurada (JORNAL DO AMAPÁ, ano 6, nº 298, 25/11/50, p. 01; ano 6, nº 300, 09/12/50, p. 01).

# CONSIDERAÇÕES

A partir desta pesquisa, espera-se contribuir para ampliar o debate sobre o currículo da educação profissional no Amapá, suas ferramentas, bases conceituais, erros e acertos de cada fase histórica, legislações pertinentes para construção de um perfil curricular da educação profissional no Amapá mais adequado às necessidades e exigências locais, com suas peculiaridades e adversidades. Bem como responder quais as fases históricas do currículo da educação profissional no Amapá, as bases conceituais de cada fase, as práticas pedagógicas oficiais e ocultas para implementação do currículo, tanto as previstas nos projetos pedagógicos quanto as implementadas em sala de aula. Assim, os resultados desta pesquisa proporcionarão aos professores, gestores e a comunidade cientifica instrumentos para melhor elaboração de políticas públicas, elaboração dos projetos políticos pedagógicos, reflexão sobre as práticas pedagógicas atuais voltados para a educação profissional amapaense.

# REFERÊNCIAS


AMAPÁ (AP). Departamento de Educação e Cultura. Os Territórios Federais: A finalidade de sua criação. Jornal do Amapá. Macapá. Ano I, ed. 07, s/nº. 05 mai 1945

AMAPÁ (AP). Departamento de Educação e Cultura. Efemérides do amapá: Fatos e acontecimentos ligados a existência do TFA. Jornal do Amapá. Macapá. Ano I, ed. 01, p.03. 19 mar 1945

AMAPÁ (AP). Departamento de Educação e Cultura. Atos do Governo do Território Federal do Amapá. Jornal do Amapá. Macapá. Ano I, ed. 01, p. 01. 19 mar 1945

AMAPÁ (AP). Departamento de Educação e Cultura. Mais escolas para as crianças do Território. Jornal do Amapá. Macapá. Ano I, ed. 01, p. 02. 19 mar 1945

AMAPÁ (AP). Decreto 07 – GAB, de 02 de setembro de 1964. Transforma a escola industrial de Macapá em ginásio industrial de Macapá. Diário Oficial do TFA, ano I, nº 60 e 70, de 12 e 13 de nov. 1964.

AMAPÁ (AP). Decreto 02 – GAB, de 19 de janeiro de 1965. Transforma a escola industrial de Macapá em ginásio de Macapá. Diário Oficial do TFA. Ano I, nº 108 e 109, de 21 e 22 de jan. 1965.

AMAPÁ (AP). Arquivos da escola industrial de Macapá. Ordem de serviço 05, de 29 de janeiro de 1965. Da inspetoria seccional do ensino secundário de Belém. Autoriza o Ginásio de Macapá a funcionar orientado para o trabalho.

AMAPÁ (AP). Arquivos da escola industrial de Macapá. Portaria 174, de 01 de julho de 1965. Do ministério da Educação e Cultura. Ratifica o ato contido na ordem de serviço 05 da inspetoria seccional de Belém

AMAPÁ (AP). Arquivos da escola industrial de Macapá. Portaria 310, de 14 de setembro de 1976. Da secretaria de educação e cultura do TFA. Homologou a implantação do 2º grau no Ginásio de Macapá a partir de 1975.

AMAPÁ (AP). Arquivos da escola industrial de Macapá. Portaria 60, de 22 de fevereiro de 1978. Da secretaria de educação e cultura do TFA. Autoriza o funcionamento do curso básico de mecânica no Ginásio de Macapá.

AMAPÁ (AP). Arquivos da escola industrial de Macapá. Portaria 200, de 09 de junho de 1979. Da Secretaria de Educação e Cultura. Dar ao Ginásio de Macapá a designação de escola integrada de Macapá.

AMAPÁ (AP). Arquivos da escola industrial de Macapá. Resolução 36, de 21 de setembro de 1979. Do Conselho de Educação do TFA. Autoriza a implantação do 2º grau ao curso de mecânica, habilitação básica, da escola integrada de Macapá.

Amapá (AP). Arquivos da escola industrial de Macapá. 2021. Figura 02 – Mensagem de Coaracy Nunes.

Amapá (AP). Arquivos da escola industrial de Macapá. 2021. Figura 03 – Diagrama de implantação do 1º grau.

Amapá (AP). Arquivos da escola industrial de Macapá. 2021. A figura 04 – Quadro das disciplinas de 1º a 4º serie de 1976.

Amapá (AP). Arquivos da escola industrial de Macapá. 2021. A figura 05 – Quadro das disciplinas de 5º a 8º serie de 1976.

Amapá (AP). Arquivos da escola industrial de Macapá. 2021. Figura 06 – denominações da escola industrial de Macapá.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 5, nº 229, 30/07/49, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 1, nº 01, p. 03 e 01

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 1, nº 10, 26/05/45, p. 02; ano 3, nº 152, 07/02/48, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 4, nº 202, 25/01/49, p. 05.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 1, nº 10, 26/05/45, p. 02; ano 3, nº 152, 07/02/48, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 4, nº 202, 25/01/49, p. 05.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 2, nº 43, 12/01/46, p. 02.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 1, nº 16, 07/07/1945, p. 03

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 3, nº 131, 13/09/47, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 1, nº 01,19/03/45, p. 02; ano 3, nº 150, 24/01/48, s/nº; ano 4, nº 168, 29/05/48, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 3, nº 150, 24/01/48, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 1, nº 07, 05/05/45, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 3, nº119, 24/06/47, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 5, nº 231, 13/08/19496, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 6, nº 264, 01/04/1950, s/nº; ano 6, nº 287, 13/09/1950, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 6, nº 287, 13/09/1950, s/nº; ano 6, nº 288, 16/09/1950, p. 05.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 6, nº 292, 14/10/50, p. 03; ano 6, nº 295, 04/11/50, p. 02; ano 6, 296, 11/11/50, p.03; ano 6, nº 297, 18/11/50, p.03; ano 6, nº 298, 25/11/50, s/nº; ano 6, nº 299, 02/12/50, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 6, nº 292, 14/10/50, p. 03; ano 6, nº 295, 04/11/50, p. 02; ano 6, 296, 11/11/50, p.03; ano 6, nº 297, 18/11/50, p.03; ano 6, nº 298, 25/11/50, s/nº; ano 6, nº 299, 02/12/50, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 6, nº 292, 14/10/50, p. 03.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 6, nº 292, 14/10/50, p. 03; ano 6, nº 295, 04/11/50, p. 02; ano 6, 296, 11/11/50, p.03; ano 6, nº 297, 18/11/50, p.03; ano 6, nº 298, 25/11/50, s/nº; ano 6, nº 299, 02/12/50, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 6, nº 292, 14/10/50, p. 03; ano 6, nº 295, 04/11/50, p. 02; ano 6, 296, 11/11/50, p.03; ano 6, nº 297, 18/11/50, p.03; ano 6, nº 298, 25/11/50, s/nº; ano 6, nº 299, 02/12/50, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 6, nº 292, 14/10/50, p. 03; ano 6, nº 295, 04/11/50, p. 02; ano 6, 296, 11/11/50, p.03; ano 6, nº 297, 18/11/50, p.03; ano 6, nº 298, 25/11/50, s/nº; ano 6, nº 299, 02/12/50, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 6, nº 303, 30/12/50, p. 04.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 2, nº 62, 25/05/1946, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 3, nº120, 28/06/47, s/nº; ano 4, nº 172, 26/06/48, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 3, nº 138, 01/11/47, s/nº; ano 3, nº 141, 22/11/47, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, nº 196, 11/12/48, p. 03.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, nº 202, 25/01/49, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 6, nº 267, 22/04/1950, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 6, nº 292, 14.10.1950, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 6, nº 283, 12/08/1950, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 6, nº 298, 25/11/50, p. 01.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 5, nº 235, 13/09/1949, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 15, nº 1023, 14/06/59, p. 03.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 2, nº 62, 25/05/1946, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 2, nº 98, 01/02/47, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 4, nº 185, 25/09/48, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 4, nº 190, 30/10/48, s/nº; ano 4, nº 190, 30/10/48, p. 03.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 6, nº 287, 13/09/50, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 5, nº 238, 01/10/49, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 6, nº 268, 29/04/50, p. 01.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 6, nº 287, 13/09/50, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 6, nº 287, 13/09/50, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 6, nº 287, 13/09/50, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 6, nº 299, 02/12/50, p. 02.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 15, nº 1008, 09/04/59, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 11, nº 1021, 31/05/59, p. 03.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 1, nº 01, de 19/03/45, p. 03; ano I, nº 15, 30/06/1945, s/nº; ano I, nº 31, 20/10/45, p. 04; ano 2, nº 52, 16/03/1946, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 1, nº 22, 18/08/45, s/nº; ano I, nº 23, 25/08/45, s/nº; ano I, nº 24, 01/09/45, p. 02; ano I, nº 30, 13/10/45, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 1, nº 08, 12/05/45, p. 02.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 1, nº 08, 12/05/45, p. 02.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 1, nº 08, 12/05/45, p. 03.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 1, nº 37, 01/12/45, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 1, nº 39, 15/12/45, p. 02; ano I, nº 41, 29/12/45, p. 02.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 3, nº 119, 24/06/47, p. 03.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 2, nº 97, 25/01/47; ano 2, nº 99, 08/02/47, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 2, nº 101, 22/02/47, s/nº; ano 3, nº 122, 12/06/47, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 2, nº 101, 22/02/47, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 2, nº 101, 22/02/47, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 3, nº 106, 29/03/47, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 3, nº 140, 15/11/47, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 3, nº 144, 13/12/47, p. 02.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 4, nº 159, 27/03/48, s/nº; ano 4, nº 168, 29/05/48, s/nº; ano 5, nº 232, 20/08/49, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 04, nº 208, 05/03/49, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 5, nº 227,16/07/49, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 5, nº 284, 19/08/50, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 5, nº 228, 23/07/49, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 5, nº 258, 18/02/50, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 04, nº 204, 05/02/49, p. 03.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 5, nº 228, 23/07/49, s/nº; ano 5, nº 229, 30/07/49, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 5, nº 228, 23/07/49, s/nº, ano 5, nº 229, 30/07/49, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 5, nº 255, 28/01/50, s/nº; ano 5, nº 256, 04/02/50. p. 05.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 5, nº 255, 28/01/50, s/nº; ano 5, nº 256, 04/02/50. p. 05.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 5, nº 256, 04/02/50, s/nº.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 5, nº 284, 19/08/50, s/nº; ano 5, nº 285, 26/08/50, p. 05.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 1, nº 06, publicado em: 28/04/45.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 6, nº 298, 25/11/50, p. 01; ano 6, nº 300, 09/12/50, p. 01.

AMAPÁ (AP). Jornal do Amapá, ano 1, nº 01, p. 01.

BRASIL. Decreto 1.339, de 9 de janeiro de 1905. Declara instituição de utilidade pública a Academia de Commercio do Rio de Janeiro, reconhece os diplomas por ella conferidos, como de caracter official e dá outras providencias. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1339-9-janeiro-1905-612623-publicacaooriginal-135659-pl.html acesso em: 08 jun. 2021

BRASIL. Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909. Crêa nas capitaes dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artifices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: http://

portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf Acesso em 05 mai. 2020

BRASIL. Decreto 13.064, de 12 de junho de 1918 - Dá novo regulamento às Escolas de Aprendizes Artífices. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13064-12-junho-1918-499074-republicacao-95621-pe.html Acesso em 09 jun. 2020

BRASIL. Decreto 17.329, de 28 de maio de 1926. Approva, o regulamento para os estabelecimentos de ensino technico commercial reconhecidos ofcialmente pelo Governo Federal. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17329-28-maio-1926-514068-republicacao-88142-pe.html#:~:text=Approva%2C%20o%20regulamento%20para%20os,reconhecidos%20officialmente%20pelo%20Governo%20Federal. Acesso em: 15 mar. 2021

BRASIL. Decreto 20.158, de 30 de junho de 1931. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/norma/438449/publicacao/15618394 Acesso em: 15 mar 2021

BRASIL. Decreto 21.033, de 8 de fevereiro de 1932. Estabelece novas condições para o registo de contadores e guarda livros, e dá outras providências. Disponível: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21033-8-fevereiro-1932-504263-publicacaooriginal-1-pe.html Acesso em: 15 mar 2021

BRASIL. Constituição (1934). TÍTULO V Da Família, da Educação e da Cultura, CAPÍTULO II Da Educação e da Cultura, Art. 148 a 158. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm Acesso em 04 jun. 2020

BRASIL. Lei 378, de 13 de janeiro de 1937, Capítulo III dos Órgãos de Execução, Secção III Dos Serviços Relativos à Educação 1) Disposição Geral, art. 37 a 39. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html Acesso em 04 jun. 2020

BRASIL. Constituição (1937). Da Educação e da Cultura, Art. 128 A 134. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm Acesso em 04 jun. 2020

BRASIL. Decreto-lei 1.535, de 23 de agosto de 1939. Altera a denominação do Curso de Perito-Contador e dá outras providências. Disponível: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1535-23-agosto-1939-411594-publicacaooriginal-1-pe.html Acesso em: 15 mar 2021

BRASIL. Decreto - Lei 4.048 de 22 de janeiro de 1942. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4048-22-janeiro-1942-414390-normaatualizada-pe.doc Acesso em: 16 jun. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei orgânica do ensino industrial. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCiVil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4073.htm Acesso em: 18 dez. 2020

BRASIL. Decreto 8.673, de 3 de fevereiro de 1942. Aprova o Regulamento do Quadro dos Cursos do Ensino Industrial. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-8673-3-fevereiro-1942-459565-publicacaooriginal-1-pe.html Acesso em: 16 jun. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei 4.127, de 25 de fevereiro de 1942. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html Acesso em:

09 jun. 2020

BRASIL. Decreto-Lei 4.244, de 9 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4244.htm Acesso em 09 jun. 2020

BRASIL. Decreto-Lei 4.244, de 9 de abril de 1942. Exposição de Motivos da Lei orgânica do ensino secundário. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-exposicaodemotivos-133712-pe.html Acesso em 16 jun. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943 - Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5812-13-setembro-1943-415787-republicacao-66333-pe.html. Acesso em: 06 dez. 2020

BRASIL. Decreto-lei 5.839, de 21 de setembro de 1943. Dispõe sobre a administração dos Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5839-21-setembro-1943-415958-publicacaooriginal-1-pe.html Acesso em: 25 set. 2021

BRASIL. Decreto-lei 5.950, de 29 de outubro de 1943. Modifica o art. 16 do Decreto-lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943, que dispõe sobre a administração dos Territórios Federais do Amapá, Rio Branco, Guapore, Ponta Porã e Iguaçu. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5950-29-outubro-1943-416026-publicacaooriginal-1-pe.html Acesso em: 25 set. 2021

BRASIL. Decreto-Lei 6.141, de 28 de dezembro de 1943. Lei Orgânica do Ensino Comercial. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6141-28-dezembro-1943-416183-publicacaooriginal-1-pe.html Acesso em 09 jun. 2020

BRASIL. Decreto-Lei 6.141, de 28 de dezembro de 1943. Exposição de Motivos. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6141-28-dezembro-1943-416183-133673-pe.html Acesso em 09 jun. 2020

BRASIL. Decreto 14.373 de 28 de dezembro de 1943. Regulamento da Estrutura dos Cursos de Formação do Ensino Comercial. Disponível: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D14373impressao.htm Acesso em: 15 mar 2021

BRASIL. Decreto-lei 6.142, de 28 de dezembro de 1943. Disposições transitórias para execução da lei orgânica do ensino comercial. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del6142.htm#ART5 Acesso em: 04 jul 2021

BRASIL. Decreto-lei 6.149, de 30 de dezembro de 1943. Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) para despesas com a administração do Território do Amapá e torna sem aplicação igual quantia no orçamento em vigor. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6149-30-dezembro-1943-416297-publicacaooriginal-1-pe.html Acesso em: 06 out 2021

BRASIL. Decreto-lei 6.550, de 31 de maio de 1944. Retifica os limites e a divisão administrativa dos Territórios do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã, e do Iguassú. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6550-31-maio-1944-451989-publicacaooriginal-1-pe.html Acesso em: 14 ago 2021

BRASIL. Decreto-Lei 6.626, de 24 junho de 1944. Dá nova redação aos arts. 10, 11 e 14 do Decreto-Lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/decreto-lei-6626-1944_61726.html Acesso em: 25 set. 2021

BRASIL. Decreto-lei 7.773, de 23 de julho de 1945. Dispõe sobre a organização administrativa do Território Federal do Amapá. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7773-23-julho-1945-457556-publicacaooriginal-1-pe.html Acesso em: 20 mar. 2022

BRASIL. Decreto-lei 7.938 de 6 de setembro de 1945. Novas disposições transitórias para a execução da lei orgânica do ensino comercial. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del7938.htm Acesso em: 15 mar 2021

BRASIL. Decreto-lei 8.191, de 20 de novembro de 1945. Disposições relativas ao curso comercial básico e a seus atuais alunos da terceira e quarta séries. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8191-20-novembro-1945-449975-publicacaooriginal-1-pe.html Acesso em: 15 mar. 2021

BRASIL. Decreto-lei 8.196 de 20 de novembro de 1945. Altera disposições do Decreto- lei número 6.141, de 28 de dezembro de 1943. Disponível em: www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del8196.htm#art11 Acesso em: 30 jun 2021

BRASIL. Decreto-lei 8.394 de 17 de dezembro de 1945. Altera disposições do Decreto-lei número 6.141, de 28 de dezembro de 1943. Disponível em: www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del8394.htm#art1 Acesso em: 30 jun 2021

BRASIL. Constituição (1946). Título V Da Ordem Econômica e Social, Art. 157, Parágrafo Único; TÍTULO VI Da Família, da Educação e da Cultura, CAPÍTULO II Da Educação e da Cultura, Art. 166 a 175. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm#art5xvb Acesso em: 16 mai. 2020.

Brasil. Decreto-lei 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Norma. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del8530.htm#art8 Acesso em: 22 dez 2020.

BRASIL. Decreto-Lei 8.621, de 10 de janeiro de 1946. Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del8621.htm Acesso em: 10 mai. 2020.

BRASIL. Decreto-lei 8.680, de 15 de janeiro de 1946. Dá nova redação a dispositivos do Decreto-lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Industrial). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCiVil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del8680.htm#art1 Acesso em: 18 dez 2020

BRASIL. Decreto-lei 9.183, de 15 de abril de 1946. Dá nova redação ao item II do artigo 30 do Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de1942 (Lei Orgânica Ensino Industrial). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCiVil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del9183.htm#art1 Acesso em: 22 ago 2021

BRASIL. Decreto-lei 9.295, de 27 de maio de 1946. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9295.htm Acesso em: 15 mar 2021

BRASIL. Decreto-Lei 9.403, de 25 de junho de 1946. Atribui à Confederação Nacional da Indústria o encargo de criar, organizar e dirigir o Serviço Social da Indústria (SESI). Disponível em: www.planalto.

gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del9403.htm Acesso em 09 jun. 2020.

BRASIL. Decreto-lei 9.613, de 20 de agosto de 1946. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del9613.htm Acesso em: 13 jan. 2021.

BRASIL. Decreto 21.667, de 20 de agosto de 1946. Regulamento dos Currículos do Ensino Agrícola. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-21667-20-agosto-1946-342105-publicacaooriginal-1-pe.html Acesso em: 08 set. 2021

BRASIL. Decreto-lei 9.614, de 20 de agosto de 1946. Disposições transitórias para execução da Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9614.htm Acesso em: 08 set. 2021

BRASIL. Decreto 22.470, de 20 de janeiro de 1947. Fixa a rede de estabelecimento de ensino agrícola no território nacional. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-22470-20-janeiro-1947-341091-publicacaooriginal-1-pe.html Acesso em: 08 SET. 2021

BRASIL. Decreto-Lei 9.853, de 13 de setembro de 1946. Atribui à Confederação Nacional do Comércio o encargo de criar e organizar o Serviço Social do Comércio (SESC). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del9853.htm#:~:text=DECRETO-LEI Acesso em: 09 jun. 2020.

BRASIL. Lei 28, de 15 de fevereiro de 1947. Dá nova redação ao art. 26 do Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, e estabelece outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCiVil_03/LEIS/1930-1949/L0028.htm#art1 Acesso em: 22 ago 2021

BRASIL. Lei 1.076, de 31 de março de 1950. Assegura aos estudantes que concluírem curso de primeiro ciclo do ensino comercial, industrial ou agrícola, o direito à matrícula nos cursos clássico e científico. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1076-31-marco-1950-363480-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Assegura%20aos%20estudantes%20que%20conclu%C3%ADrem,cient%C3%ADfico%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias. Acesso em: 22 dez. 2020

BRASIL. Lei 1.821, de 12 de março de 1953. Dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de grau médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l1821.htm#:~:text=L1821&text=LEI No 1.821%2C DE 12 DE MARÇO DE 1953.&text=Dispõe sobre o regime de colegial e nos cursos superiores. Acesso em: 22 dez. 2020

BRASIL. Decreto 34.330, de 21 de outubro de 1953. Regulamenta a Lei 1.821, de 12 de março de 1953. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-34330-21-outubro-1953-326101-republicacao-60374-pe.html Acesso em: 05 set 2021

BRASIL. Decreto 36.493, de 23 de novembro de 1954. Concede equiparação à Escola Industrial de Macapá. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/norma/459077/publicacao/15659409 Acesso em: 27 set. 2021

BRASIL. Lei 2.811, de 2 de julho de 1956. Dispõe sobre apostila de diploma de técnico de contabilidade conferido aos ex-alunos do antigo curso de contador, mediante a prestação de exames de suficiência. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l2811.htm Acesso em: 30 jun 2021

BRASIL. Lei 3.104, de 1º de março de 1957. Acrescenta dois itens ao art. 2º da Lei nº 1.821, de 12 de março de 1953, que dispõe sôbre o regime de equivalência entre diversos cursos de grau médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3104.htm#art1 Acesso em: 15 jun 2020

BRASIL. Lei 3.384, de 28 de abril de 1958. Dá nova denominação à profissão de guarda - livro. www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/1950-1969/L3384.htm Acesso em: 15 mar 2021

BRASIL. Lei 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3552.htm Acesso em: 14 jun. 2020.

BRASIL. Decreto 47.038, de 16 de outubro de 1959. Aprova o Regulamento do Ensino Industrial. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D47038impressao.htm Acesso em 27 ago. 2021

BRASIL. Decreto 47.258, de 17 de novembro de 1959. Altera a redação do art. 138, do Regulamento do Ensino Industrial, aprovado pelo Decreto 47.038, de 16 de outubro de 1959. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D47258.htm#art1 Acesso em: 15 jun 2020

BRASIL. Decreto 49.304, de 21 de novembro de 1960. Modifica o Regulamento do Ensino Industrial, aprovado pelo Decreto 47.038, de 16 de outubro de 1959. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D49304.htm#art4 Acesso em: 15 jun 2020

BRASIL. Decreto 50.492, de 25 de Abril de 1961. Complementa a regulamentação da Lei 3.552/1959, dispondo sobre a organização e funcionamento de ginásio industrial. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D50492impressao.htm Acesso em: 22 dez. 2020

BRASIL. Decreto 50.945, de 13 de julho de 1961. Permite aos portadores de curso colegial matrícula na 3ª série dos cursos industriais técnicos. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D50945.htm Acesso em: 14 jun 2020

BRASIL. Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/norma/545856/publicacao/15636362 Acesso em: 09 mai. 2020.

BRASIL. Decreto 615, de 20 de fevereiro de 1962. Altera o Regulamento do Ensino Industrial, aprovado pelo Decreto 47.038, de 16 de outubro de 1959, e modificado pelos Decretos 47.258, de 17 de novembro de 1959 e 49.304, de 21 de novembro de 1960. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DCM/dcm615.htm#art1 Acesso em: 15 jun 2020

BRASIL. Decreto 52.212, de 2 de julho de 1963. Altera o Regulamento do Ensino Industrial, aprovado pelo Decreto 47.038, de 16 de outubro de 1959 e modificado pelos Decretos 47.258, de 17 de novembro de 1959, 49.304, de 21 de novembro de 1960 e 615, de 20 de fevereiro de 1962. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D52212.htm#art1 Acesso em: 15 jun 2020

BRASIL. Decreto 52.826, de 14 de novembro de 1963. Altera o Regulamento do Ensino industrial, aprovado pelo Decreto 47.038, de 16 de outubro de 1959, e modificado pelos de nºs 47.258, de 17 de novembro de 1959, 49.304, de 21 de novembro de 1960, 615, de 20 de fevereiro de 1962 e 52.212, de 2 de julho de 1963. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D52826.htm#art2 Acesso em: 15 jun 2020

BRASIL. Constituição (1967). TÍTULO III Da Ordem Econômica e Social, Art. 158, XVIII; TÍTULO IV Da Família, da Educação e da Cultura Art. 168 a 172. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm Acesso em 15 jun. 2020.

BRASIL. Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html Acesso em 16 jun. 2020

BRASIL. Decreto 65.070, de 27 de agosto de 1969. Dispõe sôbre a administração dos estabelecimentos de ensino industrial e a remuneração de seus diretores. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D65070.htm Acesso em: 14 jun 2020

BRASIL. Decreto-lei 796, de 27 de agosto de 1969. Revoga o art. 17 e altera a redação dos arts. 19 (alínea f) e 30 da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0796.htm Acesso em: 25 ago 2021

BRASIL. Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html Acesso em 16 jun. 2020

BRASIL. Decreto 72.538, de 27 de julho de 1973. Altera a redação do Decreto número 65.070 de 27 de agosto de 1996, e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D72538.htm Acesso em: 14 jun 2020

BRASIL. Decreto 75.079, de 12 de dezembro de 1974. Dispõe sobre a organização das Escolas Técnicas Federais e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D75079impressao.htm Acesso em 16 jun. 2020

BRASIL. Lei 6.545, DE 30 DE JUNHO DE 1978. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6545.htm Acesso em 14 jun. 2020

BRASIL. Decreto 87.310, de 21 de junho de 1982. Regulamenta a Lei 6.545, de 30 de junho de 1978, e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D87310impressao.htm Acesso em 16 jun. 2020.

BRASIL. Lei 7.044 DE 18 de outubro de 1982. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7044impressao.htm Acesso em: 17 jun. 2020

BRASIL. Constituição (1988). TÍTULO VIII DA ORDEM SOCIAL, CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO, SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO, Art. 207 e 213; CAPÍTULO IV DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, Art. 218. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 17 jun. 2020

CAVLAK, I.; GRANGER, S. Entre criação do Amapá e intercâmbios econômicos, as consequências da Segunda Guerra mundial nas relações entre o Brasil e a Guiana Francesa. Fronteiras & Debates. Macapá, v. 1, n. 1, 2014 Disponível em: https://periodicos.unifap.br/index.php/fronteiras/article/view/1512 Acesso em: 20 dez. 2020

CIAVATTA, M. A Formação Integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. Revista Trabalho Necessário. Ano 3, nº 3. 2005. Disponível em: https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122 Acesso em: 15 dez. 2020

CUNHA, L. A. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. Revista Brasileira de Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. nº 14. Mai/Jun/Jul/Ago 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a06.pdf Acesso em: 10 dez. 2020

CUNHA, L. A. Ensino Médio e Ensino Técnico na América Latina: Brasil, Argentina e Chile. Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Cadernos de Pesquisa, nº 111, dezembro/2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742000000300003 Acesso em: 10 dez. 2020

CUNHA, L. A. Ensino Profissional: o grande fracasso da Ditadura. Cadernos de Pesquisa, v.44, n.154, p.912-933, out./dez. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/cp/v44n154/1980-5314-cp-44-154-00912.pdf Acesso em: 10 dez. 2020

DIAS, A. O. S. A Organização da Educação no Território Federal do Amapá: do "ideal" ao real, do liberal ao conservador (1943-1958). 2014. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014

FONSECA, C. S.  História do Ensino Industrial no Brasil. vol. 1. Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional, 1961. Coleção Educadores – MEC. Ciavatta, M.; Silveira, Z. S. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4695.pdf Acesso em: 11 dez 2020

FRIGOTTO, G. A relação da Educação Profissional e Tecnológica com a universalização da Educação Básica. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1129-1152, out. 2007 Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2328100.pdf Acesso em: 01 dez. 2020

FRIGOTTO, G. Educação Profissional e Capitalismo dependente: o enigma da falta e sobra de profissionais qualificados. Trab. Educ. Saúde, v. 5 n. 3, p. 521-536, nov.2007/fev.2008 Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462007000300011&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 01 dez. 2020

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Edição do Kindle

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário Estatístico do Brasil ano XI - 1950. Rio de Janeiro. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1950.pdf Acesso em: 12 jun 2021

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Fotografia 04 – Oficina de mecânica da Escola Profissional de Macapá. Rio de Janeiro. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=49723 Acesso em: 12 jun 2021

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Fotografia 05 – Cozinha da Escola Profissional de Macapá. Rio de Janeiro. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=49731 Acesso em: 12 jun 2021

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Fotografia 06 – Cozinha da Escola Profissional de Macapá. Rio de Janeiro. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-

catalogo?view=detalhes&id=49742 Acesso em: 12 jun 2021

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Fotografia 08 - Construção finalizada da Escola Profissional de Macapá. Rio de Janeiro. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=440431 Acesso em: 12 jun 2021

KUENZER, A. Z. Educação e Trabalho no Brasil: o estado da questão. Brasília – INEP. REDUC, 1991. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002671.pdf Acesso em: 15 dez. 2020

KUENZER, A. Z. A Reforma do Ensino Técnico no Brasil e suas consequências. Revista Ensaio: Avaliação em Políticas Públicas e Educação. Rio de Janeiro, v. 6, n. 20, p. 365-384. Jul./set. 1995 Disponível em: http://www.ia.ufrrj.br/ppgea/conteudo/T2-1SF/Sandra/A%20reforma%20do%20ensino%20t%E9cnico%20no%20Brasil.pdf Acesso em: 15 dez. 2020

LOBATO, S. S. Educação na fronteira da modernização: a Política educacional do Amapá (1944-1956). Dissertação (Mestrado em História). Pontífice Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. São Paulo, 2009 Disponível em: https://tede2.pucsp.br/handle/handle/13115 Acesso em: 15 dez. 2020

LOBATO, S. S. Educação e desenvolvimento: inflexões na política educacional amapaense (1944-2002). Revista Brasileira de Educação v. 23 e 230069. 2018 Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v23/1809-449X-rbedu-23-e230069.pdf Acesso em: 15 dez. 2020

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 8. Ed. Atlas, 2017. Edição do Kindle.

MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. São Paulo: Atlas, 2000.

MINAYO, M. C. S. (Org.); DESLANDES, S.F.; CRUZ NETO, O. GOMES. R. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 34. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2009). Sítio Institucional com o Centenário Histórico da Educação Profissional. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf Acesso em: 09 jun. 2020

NORONHA, A. E. A educação e o ensino técnico na Amazônia: a Escola Industrial de Macapá (Território Federal do Amapá, década de 1950). Revista Contemporartes. 07 mai. 2018. Disponível em: https://revistacontemporartes.com.br/2018/05/07/a-educacao-e-o-ensino-tecnico-na-amazonia-a-escola-industrial-de-macapa-territorio-federal-do-amapa-decada-de-1950/ Acesso em: 15 dez. 2020

OLIVEIRA, T. P.; FERREIRA, N. I. B. Onde se reza e também se estuda: Estado, Igreja Católica e escolarização no Território Federal do Amapá (1948-1964). Revista Tempo Amazônico. ISSN 2357-7274| V. 2 | N.2 | jan - jun de 2015 | p. 74-93. Disponível em: https://www.ap.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=61913 Acesso em: 08 fev. 2022

OLIVEIRA, T. P.; FERREIRA, N. I. B. A educação feminina na fronteira da Amazônia: escolas para as mulheres no Ex-Território Federal do Amapá (1949-1964). Revista Inter Ação, v. 42, n. 3, p. 710-725, 5 dez. 2017. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/48965 Acesso em: 14 dez. 2020

RAMOS, M. N.; FRIGOTTO, G. “Resistir é preciso, fazer não é preciso”: as contrarreformas do ensino médio no Brasil. Cadernos de Pesquisa em Educação - PPGE/UFES. Vitória, ES. a. 14, v. 19, n. 46, p. 26-47, jul./dez. 2017 Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/5993/bbd1a27286e9a91d16d3ce888f10b67a0c0a.pdf Acesso em 01 dez. 2020

SALCEDO, R. R. C. Os primórdios do Ensino de Ciências na Modernidade Amapaense (1947 – 1963). 2017. Tese (Doutorado em Educação em Ciências e Matemática). Universidade Federal do Pará. Belém, 2017

SANTANA, D. J. S. Memórias Docentes: Trajetórias Profissionais e História da Educação Profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (1970 – 2010). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Vale dos Rios do Sino – UNISINOS, São Leopoldo, 2015. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3918 Acesso em: 27 dez 2020

SAVIANI, D. O choque teórico da Politecnia. Trabalho, Educação e Saúde, 1(1):131-152, 2003.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

SAVIANI, D. História, Trabalho e Educação: comentário sobre as controvérsias internas ao campo marxista. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Londrina, v. 3, n. 2, p. 4-14, dez. 2011.

SILVA, T. T. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3ª ed.; 8º reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

SOUA, J. T; PINTO, A. H. Catálogo seletivo [recurso eletrônico]: a memória da escola que forma para o trabalho. 1º ed. Vitória. Instituto Federal do Espírito Santo, 2019. Disponível em: https://www.yumpu.com/pt/document/view/62828348/catalogo-seletivo-a-memoria-da-escola-que-forma-para-o-trabalho Acesso em: 25 dez. 2020

TOSTES, J. A.; WEISER, A. A. Macapá: a cidade modernista do período janarista de 1943 a 1955. Revista Amazônia Moderna, Palmas, v.1, n.2, p.34-53, out-mar. 2018 Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/amazoniamoderna/article/download/5155/12772/ Acesso em: 05 dez. 2020

VIEIRA, A. M. D. P; JUNIOR, A. S. a educação profissional no brasil. Revista Interacções. v. 12, nº 40, p. 152-169, 2016. Disponível em: https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/10691 Acesso em: 09 jun. 2020

## SOBRE OS AUTORES

**ARGEMIRO MIDONÊS BASTOS -** Possui graduação em Física pela Universidade Federal do Pará e Doutorado em Biodiversidade e Biotecnologia. Atualmente é professor do Instituto Federal do Amapá (IFAP). É líder do Grupo de Modelagem Aplicada ao Ensino de Ciências – GMAEC.Tem experiência na área de Ensino de Física, com ênfase em Ferramentas de Ensino de Física, e em Biodiversidade, com ênfase em Modelagem Ambiental. E-mail: argemiro.bastos@ifap.edu.br

**JOEL MANGA DA SILVA -** Possui graduação em Filosofia e mestrado em Educação Profissional pelo Instituto Federal do Amapá. Atualmente é Policia Militar aposentado e professor de Filosofia. Tem experiência na área da Filosofia, com ênfase em Filosofia, Direitos Humanos e Direito do Transito. E-mail: joelmangaap@gmail.com

# GÊNESE DA EPT

## NO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena Editora
Ano 2022

# GÊNESE DA EPT

## NO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena Editora
Ano 2022

View publication stats